



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Gestão dos deslocados de guerra de Cabo Delgado: Governo falhou no apoio às vítimas do conflito

Ficha Técnica

Director: Edson Cortez

Coordenador da Pesquisa: Borges Nhamirre

Autores: Aldemiro Bande, Borges Nhamirre e Edson Cortez

Título: Gestão dos deslocados de guerra de Cabo Delgado: Governo falhou no apoio às vítimas do conflito

Design Gráfico: Liliana Mangove

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Fotografias: Borges Nhamirre e Edson Cortez

Capa: família de deslocados de guerra reassentada no centro de reassentamento definitivo de Marocane, Cabo Delgado

Revisão de Pares: Baltazar Fael, Bem Hur Cavelane, Inocência Mapisse, Júlia Zita, Rui Mate

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Maputo, Abril de 2021



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Gestão dos deslocados de guerra de Cabo Delgado: Governo falhou no apoio às vítimas do conflito

Maputo, Abril 2020

Índice

Sumário Executivo.....	5
Introdução	7
1. Deslocados de guerra de Cabo Delgado: quem são, onde estão e donde vêm?.....	10
1.2 Deslocados mais concentrados em centros urbanos	14
2. Novo lar para os deslocados de guerra	16
2. 1 Recomeçar a vida no meio do nada	18
2.2 O drama das populações costeiras - em situação de aflição, o leão come capim	20
2.3. Deslocados Maconde recebem fundos do Estado e são mais independentes	26
2.4 Como as dívidas ocultas afectam deslocados do conflito de Cabo Delgado	29
2.5 Cerca de 10% dos deslocados de Cabo Delgado escolheram Nampula para reiniciar a vida	34
2.5.1 Cerca de 4% dos deslocados no centro de reassentamento definitivo de Corrane	34
2.5.2 No meio de sofrimento há quem consiga se adaptar.....	35
Conclusão.....	39
Recomendações.....	40
Documentos Consultados.....	41
Lista de Entrevistados (em representação institucional).....	42

Sumário Executivo

Cerca de 670 mil pessoas¹ foram forçadas a abandonar as suas casas devido ao conflito armado em Cabo Delgado. Destas, 570 mil (85%) encontraram refúgio dentro da província de Cabo Delgado e cerca de 64 mil (9,5%) na vizinha província de Nampula fazendo com que as duas províncias alberguem cerca de 95% de todos os deslocados de guerra. Os restantes 5% encontram-se no resto do país, estando a maioria nas províncias do Niassa e Zambézia. Estes dados referem-se ao período anterior ao dia 24 de Março de 2021, quando os insurgentes atacaram a Vila Sede do Distrito de Palma, forçando a fuga de milhares de pessoas. Com o ataque a Palma, o número de deslocados pode ter ultrapassado os 700 mil.

O Centro de Integridade Pública (CIP) realizou uma pesquisa de campo nas províncias de Cabo Delgado e de Nampula para apurar como e onde vivem os deslocados de guerra. A pesquisa foi realizada no mês de Fevereiro em Cabo Delgado e em Março em Nampula.

As principais constatações da pesquisa mostram que o Governo de Moçambique falhou desde o início na gestão da crise dos deslocados. A primeira falha do Governo foi a de não ter aberto campos de acolhimento temporário de deslocados de guerra, violando a sua obrigação constitucional de assistir às populações vulneráveis que fogem da guerra. Igualmente, o Governo não disponibilizou nenhum apoio financeiro e material aos deslocados, deixando este papel exclusivamente para as organizações de ajuda humanitária. O Estado não disponibilizou nenhum apoio para resgatar as populações vítimas dos ataques para retirá-las das zonas de conflito para zonas mais seguras. Cada um saiu das zonas do conflito por meios próprios. Esta situação provocou a morte de algumas pessoas em naufrágio durante os longos dias de transporte marítimo para Pemba. Outras permaneceram nas zonas de conflito devido à falta de meios para chegar a zonas mais seguras.

Como consequência da falta de apoio do Governo, as centenas de milhares de pessoas que chegavam às zonas consideradas mais seguras, encontravam abrigo junto das chamadas famílias de acolhimento, que são familiares, amigos dos deslocados ou simplesmente pessoas de boa vontade. Nestes termos, cerca de 90% dos deslocados vivem em casas de outras pessoas, sobrecarregando os agregados familiares cuja maioria já vinha vivendo em situação de pobreza. Apenas cerca de 10% dos deslocados estão em centros de reassentamento definitivo ou nos centros de acomodação provisórios de Metuge.

No segundo semestre de 2020, a Secretaria do Estado de Cabo Delgado começou a abrir aldeias de reassentamento definitivo nos distritos a sul da província para acolher os deslocados de guerra retirados das famílias de acolhimento. Até final de Fevereiro de 2021, havia 21 aldeias de deslocados em toda a província que acolhiam cerca de 10 mil das 100 mil famílias de deslocados existentes em Cabo Delgado.

De novo, na abertura das aldeias de reassentamento definitivo, o Governo voltou a falhar na sua missão de apoiar as pessoas vulneráveis. O Governo não construiu casas para os deslocados, não disponibilizou qualquer tipo de apoio em material de construção nem outro tipo de assistência. As famílias foram transferidas dos centros urbanos para o meio de mato onde a única coisa que o Governo fez foi identificar parcelas de terra, demarcar talhões e abrir fontes de água.

As agências de ajuda humanitária disponibilizaram apoio em instrumentos de trabalho – enxada, catana, machado – e alguns quilos de comida. Como consequência, os deslocados reassentados nos novos centros de reassentamento definitivo enfrentam todo o tipo de privações, desde as mais básicas como a falta de abrigo.

O sofrimento é mais notável nas famílias chefiadas por mulheres e por crianças e idosos, que não conseguem sequer erguer palhotas para dormir. Igualmente, as famílias provenientes das zonas costeiras – que são a maioria – enfrentam grandes

¹ O trabalho de campo para realização deste relatório foi efectuado ao longo dos meses de Fevereiro e Março de 2021, antes dos ataques a vila sede do distrito de Palma, com este ataque o número de deslocados subiu consideravelmente.

dificuldades para se adaptar à nova vida nos distritos do interior onde não há mar para pescar, mas sim terra para cultivar, algo a que não estão habituados a fazer. Os deslocados provenientes das zonas costeiras são, na sua maioria, da etnia Kimwani e têm a pesca como fonte principal de subsistência

Na sua maioria, os deslocados da guerra de Cabo Delgado são das etnias Macua, Maconde e Kimwani. Estes últimos, provenientes dos distritos costeiros da província- Mocímboa da Praia, Quissanga, Macomia, Palma- e também os mais assolados pelo conflito estão em maior número.

Diferente dos Kimwani, a maioria dos deslocados do grupo étnico Maconde é constituída por antigos combatentes e funcionários do Estado. Recebem pensão ou salário do Estado, tornando-os economicamente independentes e sem precisar de morar em centros de reassentamentos criados pelo Governo. Este cenário permite que este grupo étnico não dependa unicamente das doações e do abrigo nos centros de reassentamento. Muitos Maconde encontram-se em casas arrendadas nas diferentes localidades das províncias de Nampula, Cabo Delgado e Niassa

Os governos dos distritos onde estão localizados os centros de reassentamento definitivo dos deslocados de guerra não receberam nenhum recurso financeiro especial ou adicional para assistir às famílias reassentadas nos territórios sob sua jurisdição. Estima-se que seriam necessários 207,7 milhões de dólares por ano para assistir aos cerca de 670 mil deslocados, correspondente a 310 dólares *per capita*, por ano.

O Secretário do Estado de Cabo Delgado, Armindo Ngunga, justifica a falta de dotação orçamental para assistir aos deslocados com a crise financeira que o país vive desde 2016, com a suspensão do apoio director ao Orçamento do Estado pelos doadores em consequência do escândalo das dívidas ocultas. Em termos de execução orçamental, os recursos para Cabo Delgado reduziram de 3.4 mil milhões, em 2019, para 3 mil milhões, em 2020.²

A assistência aos deslocados é prestada principalmente pelas agências humanitárias das Nações Unidas e em menor escala por organizações religiosas como a Caritas Diocesana de Pemba, sendo que o INGD apenas coordena as actividades. Entretanto, a ajuda não chega para todos. A meta é garantir abastecimento mensal às famílias deslocadas. Contudo, em centros de reassentamento definitivo da província de Cabo Delgado é frequente muitas famílias passarem mais de dois meses sem receber qualquer tipo de apoio alimentar. No maior campo de reassentamento definitivo de deslocados de guerra de Cabo Delgado, localizado em Marrocane, localidade de Najua, distrito de Ancuabe, há famílias que consomem folhas de plantas silvestres para não morrer à fome.

Em Dezembro 2020, as Nações Unidas lançaram um apelo humanitário para mobilizar 254 milhões de dólares para ajuda aos deslocados de Cabo Delgado mas até Abril de 2019 só se tinha mobilizado 1% deste valor, correspondente a 2,6 milhões de dólares.

No meio de muitas histórias de sofrimento há casos isolados de famílias de deslocados que conseguem superar as dificuldades e criar fontes de sobrevivência nas novas zonas de reassentamento.

Face às constatações, recomenda-se ao Governo a prosseguir com a criação de aldeias de reassentamento definitivo e melhorar as suas condições de reassentamento, incluindo ajudar aos deslocados na construção de novos abrigos. O Governo deve mobilizar e canalizar apoio aos deslocados de guerra, alocando fundos especiais aos governos dos distritos que receberam número significativo de deslocados, de modo a se prestar assistência humanitária a estes. Em situações de ataques a aldeias e vilas, o Governo deve resgatar as vítimas civis e colocar meios à sua disposição para levá-las a zonas mais seguras.

² Relatório de Execução orçamental - (2020)

Introdução

Os dados oficiais do Governo indicam que, ao quarto ano, a guerra de Cabo Delgado forçou cerca de 670 mil pessoas a se deslocarem das suas terras, correspondente, a cerca de 30% de toda a população da província³. Estes números não incluem os recentes deslocados do ataque à vila sede do distrito de Palma, pelo que agora o número de deslocados pode ter atingido mais de 700 mil.

A maioria dos deslocados é constituída por populações das zonas costeiras dos distritos do centro e norte de Cabo Delgado (Quissanga, Macomia, Mocímboa da Praia, Palma). Existem também do chamado planalto Maconde (Muidumbe e Mueda) que fugiram dos ataques dos insurgentes para buscar refúgio na capital provincial Pemba, e nos distritos do sul da província, e em outras províncias do norte e centro do país.

O denominador comum entre todos os deslocados é a situação de miséria em que vivem e a falta de apoio coordenado do Governo para acolher as pessoas que foram forçadas a fugir das suas terras e perderam tudo o que possuíam.

O Governo demorou a reconhecer a dimensão da guerra de Cabo Delgado e não criou campos de deslocados para acolher as famílias que fugiam do conflito. As pessoas que chegavam às áreas consideradas mais seguras, encontravam acolhimento em casas de familiares, amigos, conhecidos ou simplesmente de pessoas de boa vontade. Surgiram, assim, as chamadas “famílias de acolhimento”.

Na cidade de Pemba, há famílias de acolhimento que chegam a acomodar mais de 40 pessoas deslocadas de guerra. Alguns deslocados que não encontram abrigo em famílias de acolhimento, acabam se alojando em locais públicos como escolas. Assim surgiu a crise humanitária de deslocados de guerra, com centenas de milhares de pessoas a necessitar de todo o tipo de apoio, desde abrigo, alimentação, material de higiene e serviços de saúde.

Igualmente, o Governo não disponibilizou nenhum apoio financeiro e material aos deslocados, deixando este papel exclusivamente para as organizações de ajuda humanitária. O Governo não disponibilizou meios para resgatar as populações vítimas dos ataques para zonas mais seguras. Cada um saiu das zonas do conflito por meios próprios. Algumas pessoas morreram em naufrágio durante os longos dias de transporte marítimo para Pemba. As pessoas sem meios para fugir, foram deixadas para trás nas zonas de conflito.

As agências humanitárias das Nações Unidas, organizações não-governamentais e confissões religiosas estiveram no terreno desde cedo e continuam presentes a prestar assistência às centenas de milhares de pessoas que chegam à Cidade de Pemba e nos distritos do sul de Cabo Delgado.

Por sua vez, o governo central confiou aos governos locais (distritais e da província) a gestão dos deslocados, desde o processo de registo, na primeira fase, e a criação de condições para o alojamento na fase actual em que o fluxo de deslocados tende a reduzir significativamente.

Com a cidade de Pemba sobrepovoada, e mais de 85% dos deslocados vivendo em famílias de acolhimento, a Secretaria do Estado na província de Cabo Delgado decidiu criar centros de reassentamento definitivo fora da cidade de Pemba e das vilas-sede (áreas urbanizadas) dos distritos. O Secretário do Estado de Cabo Delgado e os Governos distritais identificaram espaços nos distritos não atingidos pelos ataques armados, onde parcelaram talhões de 15x20 metros. Até Fevereiro de 2021, foram criados 21 centros ou aldeias de reassentamento definitivo que acolhem cerca de 10 mil das aproximadamente 100 mil famílias de deslocados (dados de Fevereiro 2021).

³ UN NEWS (2021) VIOLÊNCIA EM CABO DELGADO LEVA 1,3 MILHÃO A PRECISAR DE AJUDA EM MOÇAMBIQUE, Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2021/02/1742612> [acessado a 02 de Fevereiro de 2021]

O mesmo aconteceu na província de Nampula, que tem o segundo maior número de deslocados de guerra de Cabo Delgado – cerca de 64 mil. O Governo criou a aldeia de reassentamento definitivo de Corane, no distrito de Meconta, que albergava em Fevereiro de 2021 cerca de 2500 pessoas, das quais 20% foram retiradas da cidade de Nampula e 80% dos centros de acomodação provisórios de Namialo, no distrito de Meconta.

Em 2020, o Centro de Integridade Pública (CIP) iniciou a pesquisa focada na crise dos deslocados de guerra de Cabo Delgado, para apurar onde e como os deslocados vivem, as suas maiores necessidades, os riscos que podem resultar da crise dos deslocados e sobretudo a forma como o Governo gere a crise dos deslocados.

O primeiro trabalho de campo foi realizado em Setembro de 2020, na província de Cabo Delgado, abrangendo a cidade de Pemba e o distrito de Metuge, e na província de Nampula abrangendo a cidade de Nampula e os distritos de Meconta, Nacala-Porto e Erati. O primeiro relatório da pesquisa foi publicado em Outubro seguinte e está disponível em português e em inglês. Em Fevereiro e Março de 2021, realizou-se o segundo trabalho de campo na Cidade de Pemba e em mais quatro (4) distritos que acolhem deslocados de guerra, nomeadamente, Metuge, Ancuabe, Montepuez, Chiure.

Metodologia

A presente pesquisa focou-se no processo de reassentamento definitivo dos deslocados, tendo sido visitadas seis aldeias de reassentamento definitivo, cinco localizadas em quatro distritos de Cabo Delgado e um na província de Nampula. Os distritos visitados albergam na totalidade cerca de 276 mil pessoas deslocadas.

As aldeias visitadas são: Ngalane e Ntokota, no distrito de Metuge; Nicuapa, no distrito de Montepuez; Marrupa no distrito de Chiúre; Marrocane, localidade de Nanjua, distrito de Ancuabe; e Corane no distrito de Meconta, província de Nampula. Nestes locais foram entrevistados membros de famílias deslocadas tendo-se focado nas suas necessidades e nas condições de que dispõem para reiniciar a vida nas terras de acolhimento, bem como na ajuda que recebem do Governo.

Foram entrevistados ainda membros de Governos dos quatro distritos de Cabo Delgado onde foi realizado o trabalho de campo, nomeadamente a Administradora de Chiúre, Etelvina Fevereiro, Administrador de Metuge, António Valério Nandanga, Secretário Permanente de Ancuabe, Amade Saíde, Director de Infraestruturas de Montepuez, Leonídio Varimelo e o Secretário do Estado da Província de Cabo Delgado, Armindo Ngunga. Na Província de Nampula foi entrevistado o Delegado do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) em Nampula, Alberto Armando. Os governantes informaram sobre as condições criadas para o reassentamento dos deslocados entre outros dados gerais.

A principal limitação da pesquisa foi a dificuldade de aceder a mais distritos que acolhem deslocados na província de Cabo Delgado, devido à insegurança que se vive na província. As condições precárias das vias de acesso constituíram outra barreira que dificultou o acesso a mais centros de reassentamento definitivo.

O presente documento apresenta as principais constatações do trabalho de campo. Está estruturado em três partes designadamente: a presente introdução, que aborda o contexto, objectivos, metodologia de pesquisa; o desenvolvimento em que se apresentam as principais constatações no terreno - a destacar as condições de alojamento nas aldeias de reassentamento definitivo. Atenção especial foi dedicada às famílias chefiadas por mulheres e crianças e idosos, que enfrentam mais dificuldades para se adaptar a um novo ambiente e adverso. Nota-se que, enquanto as famílias chefiadas por homens conseguem erguer casas relativamente melhores para a habitação, as famílias chefiadas por crianças e mulheres e idosos tendem a se abrigar em cabanas muito mais precárias, por dificuldade de se deslocarem ao mato para cortar estacas e erguer casas melhoradas.

No estudo prestou-se atenção ainda às populações costeiras, na sua maioria essencialmente pescadores, que agora estão deslocadas no interior, onde a única actividade de subsistência que podem praticar é a agricultura. Na última parte apresentam-se as principais conclusões e recomendações viradas principalmente para as autoridades governamentais.

1. Deslocados de guerra de Cabo Delgado: quem são, onde estão e donde vêm?

De Outubro de 2017 a Fevereiro de 2021 os ataques armados na província de Cabo Delgado causaram mais de 2500 mortes⁴. Para além da forma brutal como as pessoas foram assassinadas - decapitações e esquartejamentos - o crescente número de deslocados internos é a face mais visível da guerra de Cabo Delgado que, em quatro anos, causou uma tragédia humanitária de que não há memória na história do país desde o fim da guerra civil em 1992. Com o recrudescer dos ataques terroristas no centro e norte de Cabo Delgado em 2020⁵, a província registou mais a Sul e, especialmente, no maior centro urbano, Pemba, uma grande avalanche de deslocados internos que atingiu o seu pico no segundo semestre do ano⁶.

No total, até fevereiro de 2021, havia aproximadamente 670 mil pessoas deslocadas da província, das quais cerca de 570 mil dentro da província, o equivalente a cerca de 25% de toda a população da província. Embora o deslocamento de civis por causa da guerra tenha abrandado entre finais de Outubro e início de 2021⁷, o número de deslocados não para de aumentar. Diariamente mais de 100 pessoas movimentam-se para os distritos considerados seguros. As acções ofensivas do Governo contra bases ou locais identificados como de concentração de insurgentes são apontadas como a nova causa de abandono das suas comunidades pelas populações, mesmo neste período de notável redução dos ataques.

O ataque à vila sede de Palma ocorrido no dia 24 de Março de 2021 e que durou por mais de uma semana, criou uma nova onda de deslocados, elevando para mais de 700 mil o número de pessoas deslocadas de guerra.

O deslocamento interno de civis é um fenómeno intrínseco à guerra. A violência generalizada e os seus efeitos directos ou indirectos provocam a fuga de pessoas das suas zonas de origem, ou local de residência habitual, para lugares mais seguros⁸.

Os deslocados da guerra de Cabo Delgado são, na sua maioria, oriundos dos distritos costeiros do centro e norte da província, até então os mais afectadas pelo conflito, nomeadamente Quissanga, Macomia, Mocímboa da Praia, Palma, e também dos distritos de Nangade, Muidumbe e Mueda. Nestes distritos, aldeias inteiras foram reduzidas à cinza e centenas de pessoas decapitadas. Infraestruturas sociais como escolas e postos de saúde ficaram completamente destruídas. O medo e a instabilidade decorrente dos ataques terroristas levaram centenas de famílias a fugir para regiões seguras⁹, mais para o sul da província.

Sem apoio do Governo em termos de resgate e transporte das pessoas das zonas de guerra para áreas mais seguras, a maioria dos deslocados percorre longas distâncias, seja através do mar seja por via terrestre, em condições bastante críticas até chegar aos pontos considerados mais seguros.

A maioria dos deslocados saídos dos distritos de Quissanga, Macomia e Mocímboa da Praia percorre várias milhas em embarcações precárias e superlotadas para chegar à cidade de Pemba¹⁰. Cada barco, com capacidade para 20 a 30 pessoas,

4 ACLED (2021) *Cabo Ligado Weekly: 8-14 February*. Disponível em: <https://acleddata.com/2021/02/17/cabo-ligado-weekly-8-14-february-2021/> Consultado a 19. Fev. 2021

5 ACLED (2021) *Ten Conflicts to Worry About in 2021-Mozambique-No end in sight for the Cabo Delgado Insurgency*. Disponível em: <https://acleddata.com/2021/02/02/ten-conflicts-to-worry-about-in-2021/#1612195870459-59840c64-a2b4> Consultado a 19. Fev. 2021

6 CIP (2020) *Número de deslocados internos em Moçambique cresceu em cerca de 2 700 % em dois anos*. Disponível em: <https://cipmoz.org/2020/10/25/numero-de-deslocados-internos-em-mocambique-cresceu-em-cerca-de-2-700-em-dois-anos/>. Consultado a 19. Fev. 2021

7 Observador (2020) *Ataques em Moçambique. Reduz para metade número de deslocados que chega a Pemba por dia*. Disponível em: <https://observador.pt/2020/10/29/ataques-em-mocambique-reduz-para-metade-numero-de-deslocados-que-chega-a-pemba-por-dia/amp/> Consultado a 18. Fev. 2021

8 CICR (2020) *Le Déplacement Durant Les Conflits Armés: Comment Le Droit International Humanitaire Protège En Temps De Guerre et Pourquoi C'est Important*. Disponível em: <https://www.icrc.org/fr/publication/displacement-times-armed-conflict-how-international-humanitarian-law-protects-war-and> Consultado em 17. Fev. 2021

9 Bande & Alfroy (2019) *Jihadist insurgency grows in northern Mozambique*. Disponível em <https://news.yahoo.com/jihadist-insurgency-grows-northern-mozambique-140639893.html> Consultado a 18 Fev. 2021

10 Deutsche Welle, *Centenas de deslocados chegam ao norte de Moçambique*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/centenas-de-deslocados-chegam-ao-norte-de-mo%C3%A7ambique/av-55317799> Consultado a 18. Fev. 2021

chega a transportar entre 40 a 70 deslocados numa viagem que dura entre três a cinco dias. Alguns deslocados chegam a perder a vida no meio do percurso vítimas de doença ou naufrágio¹¹. Algumas mulheres grávidas dão à luz sem assistência adequada no meio da viagem. Durante o percurso chega a faltar aos deslocados o mais básico: água e comida.

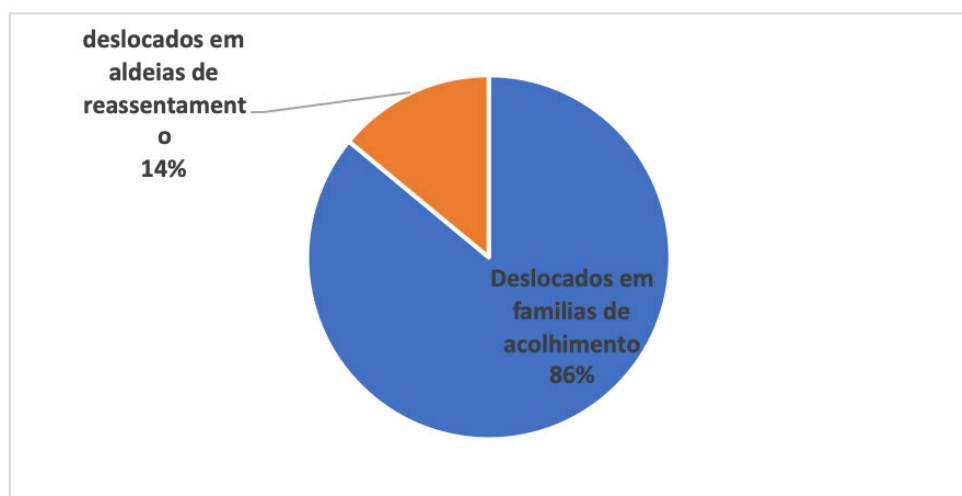
Por drama semelhante passam outras centenas de deslocados que fogem dos distritos alvo de ataques por via terrestre. São inúmeros os casos de famílias inteiras, desde crianças, mulheres até idosos, que chegam a percorrer dezenas de quilómetros a pé das suas aldeias para conseguirem um meio de transporte que os leve para os distritos mais seguros. Os destinos de preferência são os muito mais distantes das zonas de conflito e aqueles onde os deslocados têm algum familiar ou conhecido.

A cidade de Pemba é o maior destino dos deslocados da província de Cabo Delgado. Estimava-se que até Novembro de 2020 dos cerca de 570 mil deslocados existentes na província, aproximadamente 100 mil encontrava-se a residir na cidade de Pemba¹². Desde que despoletou a enorme vaga de deslocados internos em Cabo Delgado, a maioria dirigiu-se para Pemba, o maior centro urbano da província. Não havendo centros criados para acolher os deslocados em Pemba, a maioria encontrou acolhimento em casa de familiares e pessoas conhecidas.

Com a cidade capital sobrepovoada, exercendo-se pressão sobre todos os serviços públicos, o secretário do Estado da Província de Cabo Delgado decidiu transferir as famílias que estavam concentradas em Pemba para o centro de reassentamento de Marocane, localidade de Nanjua, distrito de Ancuabe.

O processo de transferência de deslocados para reassentamento definitivo iniciou em Julho de 2020 e até Fevereiro de 2021, cerca de 900 famílias haviam sido retiradas das casas de famílias de acolhimento em Pemba para a nova aldeia de reassentamento definitivo que dista a cerca de 150 quilómetros da capital provincial. Ainda assim, a cidade possui o maior número de deslocados a nível da província.

Gráfico 1: Distribuição dos deslocados de guerras em Ancuabe



Fonte: Governo do distrito de Ancuabe

No fim de Janeiro de 2021, o distrito de Ancuabe acolhia aproximadamente 60.167 deslocados, correspondente a pouco mais de 12.033 famílias. O Posto Administrativo de Ancuabe Sede é o que acolhe maior número de deslocados, com cerca de 26.716, seguido de Metoro e Meza, com 22.587 e 10.864 respectivamente. Cerca de 86% das 12.033 famílias deslocadas existentes no distrito, encontra-se em casas de famílias acolhedoras. Os restantes 14%, o equivalente a 1.655 famílias,

¹¹ Carta de Moçambique, *Há deslocados que morrem nos barcos durante a viagem para Pemba*. Disponível em <https://cartamz.com/index.php/politica/item/6407-ha-deslocados-que-morrem-nos-barcos-durante-a-viagem-para-pemba> Consultado a 18. Fev. 2021

¹² IOM (2020) *Civilians Continue to Flee Insecurity in Cabo Delgado, Mozambique*. Disponível em: <https://www.iom.int/news/civilians-continue-flee-insecurity-cabo-delgado-mozambique>. Consultado a 24. Fev. 2021

estão acomodados em centros de reassentamento definitivos. Dois centros de reassentamento foram criados no distrito de Ancuabe nomeadamente, Marocane, no posto administrativo de Meza com 950 famílias transferidas de Pemba e Nankumi, no posto administrativo de Metoro, com cerca de 706 famílias.

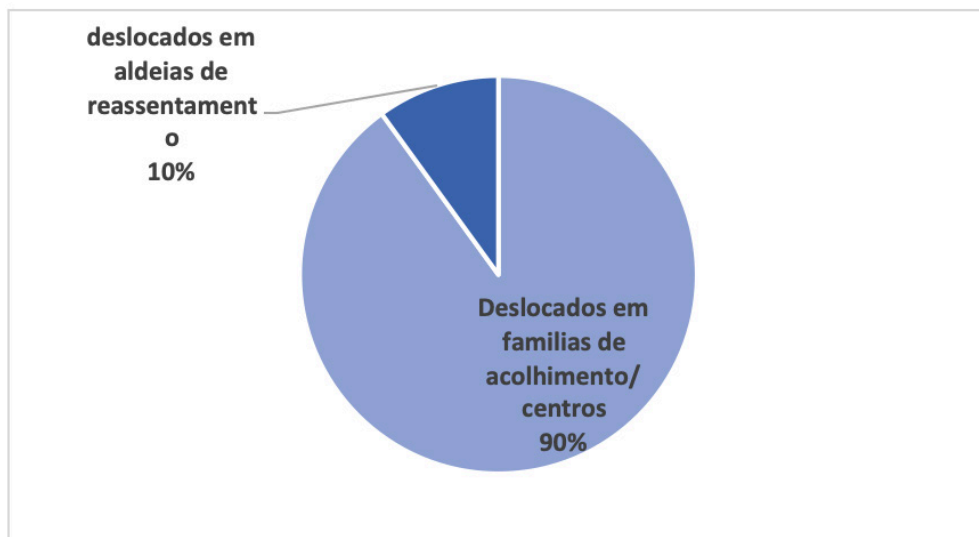
O distrito de Metuge, localizado a cerca de 40 Km de Pemba, é o segundo maior destino dos deslocados da província de Cabo Delgado. A maioria é proveniente do vizinho distrito de Quissanga, cuja vila-sede foi atacada e completamente destruída pelos insurgentes em Março de 2020.

A população do distrito de Metuge era de 86.866 pessoas, de acordo com o Censo Geral da População e Habitação de 2017. Mas, em Fevereiro de 2021 havia cerca de 110.632 deslocados, distribuídos em 27.658 famílias, o que representa um aumento de 127% da população do distrito de Metuge. Isto é, houve mais do que uma duplicação da população do distrito devido à guerra.

A maioria dos deslocados em Metuge, cerca de 90%, abriga-se no seio de famílias de acolhimento e nos cinco centros de acomodação provisórios. Pelo menos 10%, correspondente a 12.000 deslocados, estão acomodados em duas aldeias de reassentamento definitivo, criadas para o efeito, nomeadamente Ntokota, com cerca de 5 mil famílias e Ngalane, com cerca de 7 mil famílias. Segundo o Administrador do distrito de Metuge, António Nandanga, o governo distrital pretende transferir, até finais do mês de Fevereiro, grande parte dos deslocados que se encontram em famílias de acolhimento e centros de acomodação provisórios para as aldeias de reassentamento.

Na aldeia de Nicavaco, o governo distrital de Metuge, está a preparar espaço para acolher cerca de 1.500 famílias. Na aldeia de Pulo serão reassentadas outras famílias deslocadas, entre outros locais identificados.

Gráfico 2: Distribuição dos deslocados de Metuge



Fonte: Governo do Distrito de Metuge

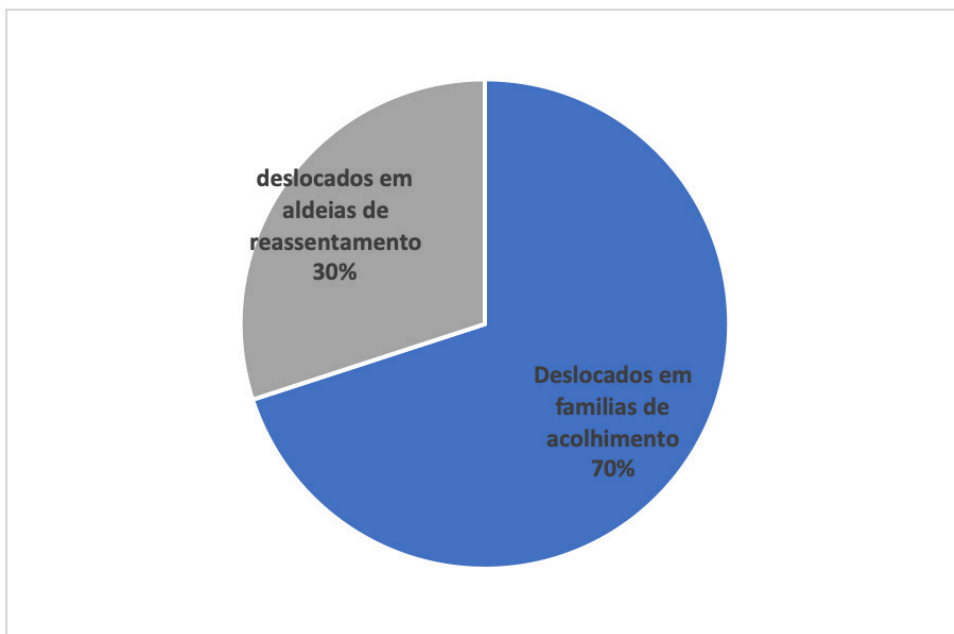
Com a duplicação do número da população em menos de um ano, o Governo de Metuge enfrenta problemas de vária ordem para atender a grande demanda pelos serviços públicos. As áreas de saneamento e saúde são as mais afectadas. Os serviços locais não têm capacidade para satisfazer a demanda. Uma das consequências foi a emergência de cólera nas aldeias. Até Fevereiro de 2021, o distrito havia registado cerca de 1.200 casos de cólera, causando 10 óbitos, o que segundo as autoridades locais é muito elevado.

O administrador de Metuge acredita que a cólera tenha vindo com os deslocados de Quissanga que não foram vacinados contra a bactéria causadora da doença. Quando os deslocados chegaram a Metuge a população local já tinha recebido a vacina contra a cólera.

Com a cólera vieram problemas sociais. A população acusou às autoridades como sendo as responsáveis pela propagação da doença nas aldeias. Em casos extremos, as acusações levaram à agressão e até assassinato dos líderes locais pela população. Incidentes do género ocorreram na aldeia Nangua, onde uma pessoa morreu por cólera e Namave onde morreram 5 pessoas pela mesma doença. O chefe desta aldeia foi agredido pela população e teve de abandonar a sua residência. Os técnicos de saúde destacados para a aldeia foram forçados a abandonar os seus postos.

Os chefes de aldeias, que não são funcionários do Estado e apenas recebem subsídios de cerca de 700 meticais por mês, agora devem gerir uma população de mais de 5 mil pessoas e não têm capacidade para isso, alega o administrador de Metuge. Ele próprio reclama que o seu governo recebeu do Estado orçamento para gerir cerca de 86 mil pessoas e de repente se viu com cerca de 200 mil pessoas, sem que o orçamento do distrito tenha beneficiado de incremento.

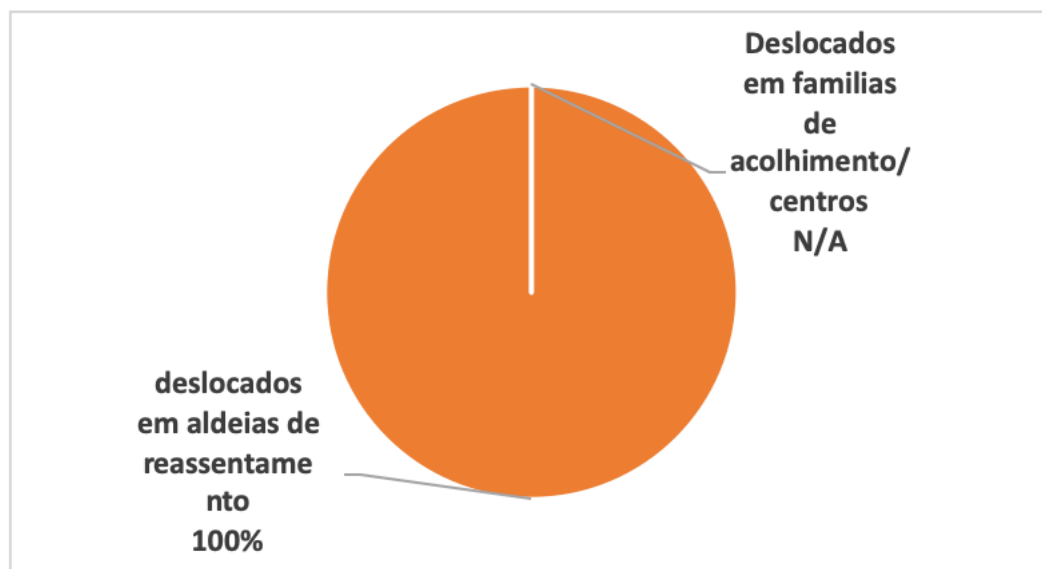
Gráfico 3: Distribuição dos deslocados de Montepuez



Fonte: Governo distrital de Montepuez

O Distrito de Montepuez, que dista a cerca de 200 Km de Pemba, contava com 56 515 deslocados em Fevereiro de 2021, distribuídos em 11 350 famílias. À semelhança de Ancuabe, a maioria dos deslocados de Montepuez encontra-se a residir na sede do distrito. Dados fornecidos pelo Director dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas, Leonídio Varimelo, indicam que cerca de 70% do total das famílias de deslocados existentes no distrito estão em famílias de acolhimento. As restantes 30% encontram-se espalhadas por 4 centros/aldeias de reassentamento definitivo, nomeadamente Nicuapa com 2600 famílias, Macupulo-Sede com 300 famílias, Nanhupo B com com 380 e Ntele com 68 famílias.

Gráfico 4: Distribuição dos deslocados de Chiúre



Fonte: Governo do Distrito de Chiúre

O distrito de Chiúre, a 150 Km de Pemba, tem cerca de 30.000 deslocados, o que corresponde a cerca de seis mil famílias, distribuídos em todos os postos administrativos. Chiúre foi o primeiro distrito a criar centros de reassentamento definitivos para os deslocados em Agosto de 2020. Segundo a Administradora do distrito, Etelvina Fevereiro, existem no distrito 5 centros de reassentamento, nomeadamente Meculane, com 950 famílias; Marrupa com 620; e Katapua, Chiúre-Velho e Ocuca com 300 famílias cada. Diferentemente de outros distritos da província de Cabo Delgado, em Chiure, quase todos os deslocados se encontram nos centros de reassentamento.

Com cerca de 316 mil habitantes, segundo o censo de 2017 (o distrito mais populoso de Cabo Delgado), o Governo de Chiúre conseguiu acolher os cerca de 30 mil deslocados, que são menos de 10% dos habitantes do distrito. Segundo a Administradora do Distrito, o Governo distrital mobilizou os agentes económicos locais e jovens para cortar estacas e outros materiais de construção e erguer casas para os deslocados de guerra. Não foi possível colher dados de deslocados que vivem em famílias de acolhimento.

Há distritos com deslocados que o CIP não conseguiu escalar devido à insegurança e inacessibilidade extrema das vias, onde se estima que existem cerca de 70 mil deslocados, nomeadamente Palma, Nangade, Mueda, Ibo, Namumo.

1.1 Deslocados mais concentrados em centros urbanos

Desde que eclodiu o conflito em Cabo Delgado, houve uma tendência de os deslocados internos concentrarem-se mais em espaços urbanos ou muito próximos das grandes cidades, em detrimento das zonas rurais. Esta tendência é visível tanto na província de Cabo Delgado como na da província de Nampula.

No caso de Cabo Delgado, a Cidade de Pemba, o maior centro urbano da província, acolhia até Novembro de 2020 30% do total de deslocados existentes na província na altura e o vizinho distrito de Metuge, que dista apenas a 40 km de Pemba, acolhia até Fevereiro de 2021 cerca de 110 000 deslocados, o equivalente a 19% do total dos deslocados. No caso de Nampula, a cidade de Nampula, o maior centro urbano da província, acolhe 30, 8% dos cerca de 64 000 deslocados existentes na província e o vizinho distrito de Meconta acolhe aproximadamente 31% deste universo. A cidade de Nacala-Porto, o segundo maior centro urbano da província de Nampula, acolhe 10% dos deslocados da província, correspondente

a 7 000 deslocados. Assim, os três distritos juntos albergam cerca de 70% dos deslocados que se refugiaram na província de Nampula.

Ao nível das duas províncias, o número de deslocados por distrito diminui quanto mais distante este estiver dos maiores centros urbanos. A nível distrital, as vilas sedes são o ponto de maior aglomeração de deslocados em relação as zonas rurais.

Este padrão de movimentação dos deslocados internos para os centros urbanos não só não é novo no país como também se assiste um pouco por várias partes do mundo. Durante a guerra civil que opôs o Governo à Renamo, milhares de deslocados fugiram das zonas rurais para os centros urbanos, especialmente a capital Maputo, fazendo com que, entre 1980 e 1990, a população urbana aumentasse em mais de 100%¹³.

No mundo, cerca de 4.4 milhões dos 9.3 milhões de deslocados por motivos de guerra em países de renda média e baixa encontram-se em áreas urbanas¹⁴.

Geralmente percebidos como lugares de oportunidades e de fácil acesso aos serviços básicos, os centros urbanos são a primeira opção para deslocados internos pelas oportunidades económicas e de segurança que oferecem¹⁵. Isto explica, em parte, por que razão os deslocados da guerra de Cabo Delgado preferem o espaço urbano ao meio rural. Tratando-se de famílias que não só perderam tudo como também testemunharam, muito de perto, o drama da guerra, deslocaram-se para os centros urbanos movidas pela percepção de que estes são mais seguros e prósperos.

Entretanto, para além das oportunidades que oferecem, os centros urbanos representam igualmente um grande desafio para os deslocados. Atendendo que a maioria não dispõe de uma fonte de renda, muitos dos bens e serviços normalmente acessíveis para a maioria da população urbana acabam sendo inacessíveis para a maioria dos deslocados¹⁶. Muitos acabam vivendo em contexto de pobreza urbana e em áreas suburbanas onde as casas são precárias e o acesso a oportunidades de emprego é limitado¹⁷. Este fenómeno verifica-se, por exemplo, no caso dos deslocados que se encontram na cidade de Pemba. Uma vez chegados à cidade, a maioria tende a ocupar as zonas periféricas não apenas porque é lá onde se concentra maior parte das famílias acolhedoras, mas também devido a falta de meios¹⁸.

Com o reassentamento definitivo em curso, nasce um padrão inverso de movimentação dos deslocados, uma vez que estes estão a ser transferidos dos espaços urbanos, com acesso fácil a serviços, para zonas rurais - onde a situação é totalmente diferente - muitas vezes contra a vontade de alguns deslocados. Por exemplo, em Montepuez, algumas famílias preferem continuar a residir na vila-sede a ter que se estabelecer nas aldeias de reassentamento bastante afastadas dos centros urbanos.

Como forma de pressionar os deslocados a saírem, o Governo distrital de Montepuez ordenou que a assistência alimentar aos deslocados fosse feita nas aldeias de reassentamento. Entretanto, sucede que alguns deslocados vão aos centros de reassentamento apenas para receber assistência alimentar e, depois, regressam para a vila sede. Isto mostra que, por um lado, há toda uma racionalidade por detrás da ocupação dos espaços pelos deslocados e que, por outro lado, o reassentamento forçado pode não ser uma solução eficaz.

13 Vivet, J. (2015) Déplacés de Guerre et Dynamiques territoriales postconflit Au mozambique. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-herodote-2015-3-pa-ge-160.htm>. Consultado a 20. Fev. 2021

14 Center for Global Development (2019) Where Do Internally Displaced People Live and What Does that Mean for Their Economic Integration. Disponível em: <https://www.cgdev.org/publication/how-urban-are-idps-and-what-does-mean-their-economic-integration>. Consultado a 20. Fev. 2021

15 Norwegian Refugee Council (2019) Urban displacement: The people seeking refuge in cities are the forgotten face of the displaced. Disponível em: <https://www.nrc.no/what-we-do/speaking-up-for-rights/urban-displacement/>. Disponível em: <https://www.nrc.no/what-we-do/speaking-up-for-rights/urban-displacement/>. Consultado a 20. Fev. 2021.

16 Center for Global Development (2019) Where Do Internally Displaced People Live and What Does that Mean for Their Economic Integration. Disponível em: <https://www.cgdev.org/publication/how-urban-are-idps-and-what-does-mean-their-economic-integration>. Consultado a 20. Fev. 2021

17 CRC (2020) Displaced in Cities: Experiencing and Responding to Urban Internal Displacement Outside Camps. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/publication/4344-displaced-cities-experiencing-and-responding-urban-internal-displacement-outside>. Consultado a 20. Fev. 2021

18 CIP (2020) Número de deslocados internos em Moçambique cresceu em cerca de 2 700 % em dois anos. Disponível em: <https://cipmoz.org/2020/10/25/numero-de-deslocados-internos-em-mocambique-cresceu-em-cerca-de-2-700-em-dois-anos/>. Consultado a 19. Fev. 2021

O Secretário do Estado da Província entende que a transferência dos deslocados para as aldeias de reassentamento vai permitir que estes possam recomeçar a sua vida e desenvolver actividades que garantam o seu auto-sustento.

A integração de deslocados em campos ou aldeias não é a única via possível para o reassentamento definitivo dos deslocados internos. Como alternativa ao tradicional reassentamento definitivo de deslocados em campos localizados em zonas afastadas dos centros urbanos, alguns estudos recomendam aos governos e organizações humanitárias a criação de programas que visem a integração económica dos deslocados internos a partir dos espaços onde se encontram¹⁹. Isto significa que, estando os deslocados em centros urbanos, devem ser criadas nestes espaços condições para que os mesmos tenham acesso ao mercado de trabalho ou iniciativas que garantam o seu auto-sustento a longo prazo.

Entendem ainda que a integração económica dos deslocados pode ser feita em espaços urbanos sem que isso represente necessariamente uma pressão para os distritos e famílias acolhedoras, bastando que, para o efeito, os governos façam a reabilitação ou expansão dos serviços urbanos nestas comunidades²⁰.

2. Novo lar para os deslocados de guerra

Quando começaram a surgir os primeiros deslocados deste conflito, o Governo não criou os tradicionais centros de acolhimento para os deslocados de conflitos armados, o que fez com que as pessoas que buscavam refúgio em novo local, passassem a residir em casas de familiares, amigos, conhecidos ou simplesmente de pessoas de boa vontade. Nasceram assim as chamadas famílias de acolhimento, que, algumas, chegaram a albergar mais de 50 pessoas partilhando o mesmo lar.

Em Cabo Delgado, apenas 12.476 pessoas estiveram acomodadas nos cinco centros de acomodação provisórios criados no distrito de Metuge²¹. Enquanto nos centros havia condições básicas para os deslocados, nas famílias acolhedoras a situação era completamente diferente. Em Setembro de 2020, o CIP visitou várias famílias acolhedoras na província de Cabo Delgado e Nampula e testemunhou, *in loco*, o quadro de miséria em que muitas vivem devido a pressão que os deslocados exercem sobre a sua já exígua renda familiar²².

Com o objectivo de reduzir esta pressão sobre as famílias acolhedoras e dar lar aos deslocados para recomeçarem a sua vida, o Governo da província de Cabo Delgado criou, desde Julho de 2020 até Fevereiro de 2021, 21 aldeias de reassentamento fora dos espaços urbanos. São novos lares para acolher as famílias deslocadas.

19 Center for Global Development (2019) *Where Do Internally Displaced People Live and What Does that Mean for Their Economic Integration*. Disponível em: <https://www.cgdev.org/publication/how-urban-are-idps-and-what-does-mean-their-economic-integration>. Consultado a 20. Fev. 2021

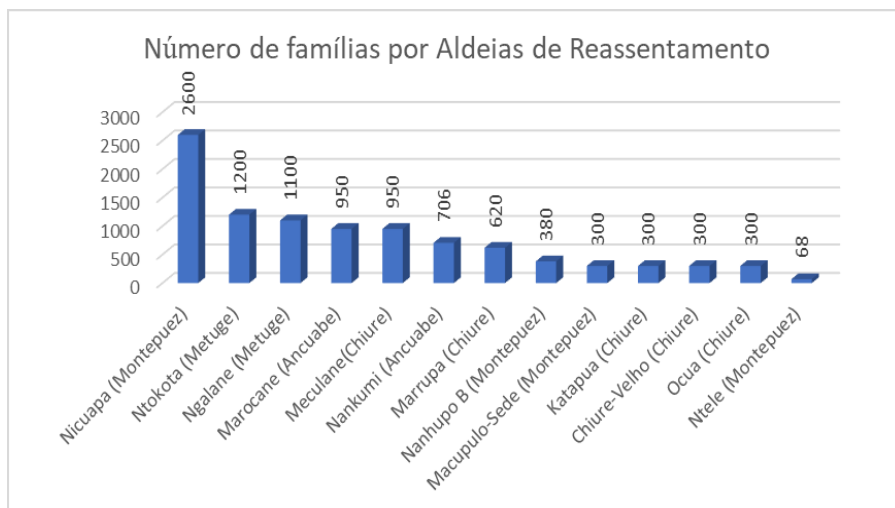
20 ICRC (2020) *Displaced in Cities: Experiencing and Responding to Urban Internal Displacement Outside Camps*. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/publication/4344-displaced-cities-experiencing-and-responding-urban-internal-displacement-outside>. Consultado a 20. Fev. 2021

21 Dados colhidos no distrito de Metuge em Setembro de 2020.

22 CIP (2020) Número de deslocados internos em Moçambique cresceu em cerca de 2 700 % em dois anos.

Disponível em: <https://cipmoz.org/2020/10/25/numero-de-deslocados-internos-em-mocambique-cresceu-em-cerca-de-2-700-em-dois-anos/>. Consultado a 19. Fev. 2021

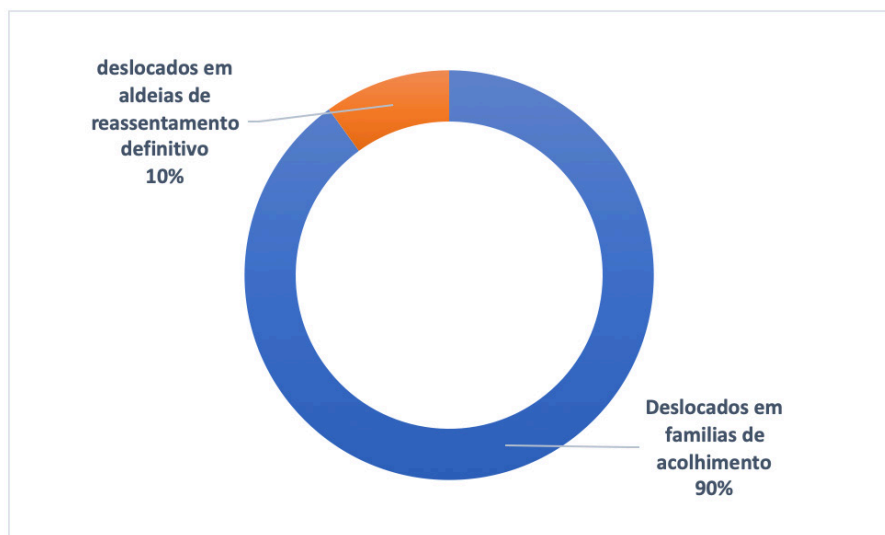
Gráfico 5: Distribuição dos deslocados por aldeias de reassentamento



Fonte: Compilação de dados dos Governos dos Distritos de Metuge, Ancuabe, Montepuez e Chiure

Entretanto, das aproximadamente 100 mil famílias de deslocadas em Cabo Delgado, apenas 10 mil, o equivalente a 10%, estavam reassentadas nas aldeias ou centros de reassentamento definitivo. As restantes, cerca de 90 mil, ainda continuavam em famílias de acolhimento, cuja maioria reside na cidade de Pemba e nas vilas sede dos distritos. O processo de transferência dos deslocados para os seus novos lares é progressivo, garante o Governo. Assim que novos talhões são demarcados longe dos centros urbanos, os deslocados de guerra são encaminhados para os locais onde devem passar a residir em definitivo, sem nenhuma condição de habitabilidade, para além de fontes de água potável.

Gráfico 6: Distribuição dos deslocados por local de acolhimento (provincia de Cabo Delgado)



Fonte: Secretaria do Estado da Provincia de Cabo Delgado

2.1 Recomeçar a vida no meio do nada



Abaina Saíde, 66, é deslocado de guerra e vive há sensivelmente quatro meses na aldeia de reassentamento de Marrupa, no distrito de Chiúre. No meio do nada, procura recomeçar a vida. Como um quarto da população de Cabo Delgado, foi forçado a abandonar a sua terra, aldeia de Mucupa no posto administrativo de Quiterajo, Macomia, na companhia da esposa e 7 filhas, devido ao intensificar de uma guerra que, em quatro anos, causou mais de 2 500 mortes. Fugiu de Quiterajo depois de um ataque armado à sua aldeia em Maio de 2020. Com sua casa parcialmente destruída na sequência do ataque, Saíde viu-se obrigado a abandonar a aldeia e procurar refúgio num lugar seguro. Juntamente com a família fez o percurso da aldeia Mucupa até Pangane e de lá seguiu para a vila sede do distrito de Macomia, de onde seguiu viagem para o distrito de Chiúre.

Em Chiúre, Saíde, esposa e filhas foram acolhidos pelo governo distrital que disponibilizou uma escola para a acomodação dos deslocados. Depois de dois meses alojados no centro de acomodação, Saíde, sua família e mais de 600 deslocados foram transferidos para a aldeia de reassentamento definitivo em Marrupa, a cerca 6 km da vila sede do distrito de Chiúre. Este é o novo lar da família Saíde.

Após a sua chegada à aldeia de Marrupa, Saíde recebeu do Governo um talhão de 15/20 para construir a sua casa e um espaço para a prática da agricultura. Não dispondo de material convencional, teve que cortar estacas de bambu para erguer a sua palhota. Conta que no princípio usou um plástico bastante frágil para a cobertura. “Mais tarde a OIM disponibilizou lonas para cobrirmos a casa!”, conta.

Apesar de estar há 7 meses alojado na aldeia de reassentamento, Saíde ainda sente na pele as dificuldades de integração no novo meio. Camponês e carpinteiro de profissão, disse não estar satisfeito com as condições em que ele e a sua família vivem. A falta de comida é a maior das dificuldades. Conta que a assistência alimentar aos deslocados na aldeia de Marrupa não é regular. “Estamos a nos sacrificar para conseguir viver, não temos nada!”, disse.

Como forma de se adaptar à nova realidade e garantir sustento familiar, Saíde, com apoio da sua esposa, já começou a cultivar na “machamba” disponibilizada pelo Governo. Espera produzir uma boa quantidade de víveres. Entretanto, queixa-se da distância entre a aldeia e os campos de cultivo. “As machmbas ficam na aldeia Manica, muito longe daqui. Temos de percorrer 5 Km a pé para chegar”. Com esta e outras dificuldades por que passa na aldeia de reassentamento, Saíde sente falta das suas terras em Quiterajo. “Cultivava na região de Messalo e conseguia produzir 60 a 70 sacos de arroz e uma boa

quantidade de mandioca!”, diz esboçando um nostálgico sorriso.

A pouca quantidade de fontes de água para um elevado número de deslocados reassentados na aldeia é outro desafio. Os dois furos de água construídos pelo Governo distrital com apoio de parceiros não são suficientes para abastecer a mais de 600 famílias. “São poucos furos para muita gente. As senhoras saem por volta das 04h para buscar água e só regressam depois do meio dia.”, disse Saíde. O ancião entende que deveriam ser criados mais furos de água na aldeia de modo a reduzir as enchentes.

Como Saíde e sua família, cerca de 650 famílias foram igualmente reassentadas na aldeia de reassentamento de Marrupa, também conhecida como aldeia da Esperança, nome atribuído por Graça Machel, esposa do primeiro presidente de Moçambique, Samora Machel, que visitou a aldeia em 2020.

O CIP visitou outras aldeias de reassentamento definitivo localizadas nos distritos de Metuge, Montepuez e Ancuabe. Assim como em Chiúre, os governos destes distritos parcelaram talhões com dimensão 15/20 e atribuíram-nos às famílias para construção de casas. Os deslocados receberam igualmente algum material como lonas para cobertura das casas, enxadas e sementes para o cultivo. A maioria dos deslocados constrói a sua própria casa com os poucos meios de que dispõe.

Os campos disponibilizados pelos governos para o cultivo estão bastante afastados das aldeias de reassentamento. Por exemplo, no centro de Marrocane, localidade de Nanjua, Ancuabe, os campos de cultivo distam a cerca de 8 km da aldeia.



Fotografia que demonstra a distância percorrida pela viatura que transportava a equipa do CIP, entre o centro de reassentamento definitivo de Marrocane até ao local onde estão localizadas as machambas desta comunidade.

Alguns deslocados entrevistados pelo CIP apontam à distância como um grande constrangimento para a prática da agricultura. O CIP visitou o espaço atribuído pelo governo aos deslocados reassentados para cultivo. São matas densas que os deslocados têm de desbravar com recurso a enxada e catana. Há deslocados que ainda não mexeram na terra desde que esta lhes foi disponibilizada pelo Governo em Novembro de 2020. “Nem todos conseguem cultivar!”, explicou Agostinho Abudo, chefe da aldeia de Marrocane.

Com a distribuição de terra para o cultivo, os governos pretendem assegurar que os deslocados desenvolvam a actividade agrícola e, através disso, consigam meios para o seu auto-sustento. Entretanto, um número considerável de deslocados nas aldeias de reassentamento resiste à prática da agricultura, preferindo outras actividades a esta.

As aldeias de reassentamento estão afastadas dos centros urbanos e localizadas em zonas onde não há ainda serviços básicos, como saúde, água. Cientes desta realidade, os governos dos distritos que hospedam as aldeias de reassentamento têm em vista a criação de infraestruturas como postos de saúde e escolas. Entretanto, enquanto se espera que sejam construídos

postos de saúde em algumas aldeias de reassentamento, os deslocados beneficiam de assistência médica fornecida por brigadas móveis de saúde criadas por técnicos do Sistema Nacional de Saúde, e /ou da Médicos Sem Fronteiras, que se deslocam uma vez por semana para as aldeias. Os deslocados têm acesso gratuito a consulta e medicamentos essenciais. Entretanto, em alguns casos os deslocados queixam-se da periodicidade em que é feita a assistência médica nas aldeias alegando que, em caso de enfermidade, é muito doloroso esperar uma semana para receber a assistência médica. É o caso da aldeia de Marrupa, em Montepuez.

2.2 O drama das populações costeiras – em situação de aflição, o leão come capim

No último dia do trabalho de campo em Cabo Delgado, a 15 de Fevereiro de 2021, a equipa de pesquisa do CIP entrevistou o Secretário de Estado da província, Armindo Ngunga. Na entrevista conduzida em Pemba, através da plataforma digital Zoom, o representante do Estado na província explicou os desafios enfrentados devido ao conflito armado.

Quando questionado sobre a situação das populações das comunidades costeiras da província de Cabo Delgado que têm a pesca como actividade de subsistência predominante, que estão a ser reassentados nos distritos do interior onde a prática da agricultura é a principal actividade da população, Armindo Ngunga recorreu a uma curiosa frase, dizendo: “... em situação de aflição até o leão come capim!”.

Com este pronunciamento, o alto dirigente do Estado estava a dizer que é imperioso que os deslocados provenientes da zona costeira, e que agora estão a ser reassentados definitivamente nos distritos do interior, comecem a adaptar-se à nova realidade das suas vidas.

Nesta secção narra-se o drama vivido por deslocados provenientes das zonas costeiras dos distritos de Quissanga, Macomia, Mocímboa da Praia e Palma- maioritariamente identificados como do grupo étnico Kimwani,- nas aldeias de reassentamento definitivo onde procuram recomeçar no meio do nada.

Os Kimwani são um dos principais grupos étno-linguísticos²³ da província de Cabo Delgado. O nome Mwani significa ‘quem vive na praia’, ‘povo da costa’ e é neste sentido que é usado no relatório. Para este grupo étnico, a pesca é a principal actividade produtiva, sendo que a maioria dos homens são pescadores, mercadores ou comerciantes. Durante séculos, para este povo a agricultura foi sempre tida como uma actividade complementar, daí o pouco investimento, por parte destes, no conhecimento de técnicas de cultivo que pudessem ajudá-los a aumentar a produção e produtividade.

23 Os principais grupos étnicos da província de Cabo Delgado são os Kimwanis, Makuwa e os Macondes, há outros grupos, mas são os mais representativos.



Foto: Mussa Sefo Mussa

Mussa Sefo Mussa, de 42 anos de idade, é deslocado de guerra. Nasceu e cresceu na aldeia costeira de Guludo, posto administrativo de Muchojo, em Macomia. “Logo nas primeiras horas do dia, eu ia pescar. Vendia o peixe e com o dinheiro que ganhava podia comprar roupa para os meus filhos, cadernos, panelas, pratos, e também comida!”, conta com nostalgia.

A guerra fez com que Mussa, sua mulher e dois filhos abandonassem a sua terra. Agora vivem na aldeia de reassentamento de Marocane, distrito de Ancuabe, há mais de 400 quilómetros da sua terra. Em Ancuabe não há mar. Mussa deve aprender a viver da agricultura. Por isso foi-lhe atribuída uma parcela de terra pelo Governo para cultivar. Já passam três meses desde que Mussa está em Marocane e ainda não conseguiu produzir alimentos. Culpa a distância entre a aldeia e a machamba, que é de cerca de 8 quilómetros. Mas cultivar também não é a sua profissão.

“A agricultura que fazia era uma forma de proteger-me em caso de na pesca não ter nada. Mas o maior sustento para a minha família vinha da pesca!”, conta.

Como Mussa Sefo, **Nordine Mussa**, 58, está reassentado desde Novembro na aldeia de Marocane em Ancuabe. Natural do distrito de Mocimboa da Praia, aldeia de Milamba, Mussa fugiu da sua terra natal na companhia de esposa e 7 filhos após ataque de insurgentes à aldeia. À semelhança de muitos deslocados, Mussa perdeu quase tudo por conta da guerra. “Os insurgentes invadiram a aldeia, levaram o meu barco e queimaram as redes que usava para a pesca!”, conta.



Foto: Nordine Mussa e Esposa

Enquanto procura recomeçar a vida no meio do nada, Mussa sente na pele o drama da guerra. Pescador de profissão desde tenra idade, tem agora a agricultura como uma das poucas alternativas para sustentar a si e a sua família.

Durante a entrevista, Mussa chorou quando questionado sobre como estava a ser a sua adaptação à nova realidade. Nas lágrimas que lhe caíam do rosto era visível a resposta. Adaptar-se à nova realidade ainda é uma incógnita para Mussa e muitos deslocados na sua condição. Em meio aos desafios por que passa, Mussa pensa em soluções que possam garantir o seu sustento e da família. “Estamos a morrer de fome! Se, ao menos, tivesse um barco e uma rede poderia pescar na Ilha do Ibo ou nas Quirimbas, vender o peixe e conseguir algo para alimentar os meus filhos.” disse.

Em entrevista, o Secretário Permanente do distrito de Ancuabe, Saide Amade, reconheceu haver dificuldades de adaptação por parte dos deslocados saídos das zonas costeiras. “Mesmo com material e espaço para a prática da agricultura alguns relaxam porque não estão acostumados com a actividade. O mesmo não se verifica com os deslocados saídos do interior que chegam a exigir mais espaço para cultivar!” referiu.

O conflito armado teve um impacto devastador na estrutura produtiva dos deslocados provenientes dos distritos da costa porque tiveram que abandonar as suas zonas de origem nos distritos costeiros de Palma, Mocimboa da Praia, Macomia e Quissanga para serem reassentados, em definitivo, em distritos como Montepuez, Chiúre, Ancuabe e Metuge. Somente o último distrito tem acesso ao mar.

O deslocamento abrupto e forçado retirou aos Kimwani uma das suas formas milenares de sustento, a pesca. Nos centros de reassentamento provisório, como também nos definitivos, é usual ouvir reclamações por parte de homens que pertencem a este grupo étnico, devido ao facto de terem sido reassentados em distritos sem acesso ao mar.

Quando questionados sobre que tipo de apoios precisam para recomeçarem a vida nas aldeias de reassentamento definitivo, a maioria dos deslocados Kimwani fala de barcos e redes para a prática da pesca na ilha das Quirimbas.

Das visitas realizadas aos centros de reassentamento dos deslocados nos distritos acima mencionados, é notório que as famílias pertencentes a este grupo étnico são aquelas que revelam mais dificuldades em adaptar-se à nova realidade.



“Eu sou pescador. Ainda tenho licença de pesca válida! Mas os meus barcos ficaram em Mocimboa da Praia juntamente com as minhas redes de pesca. Tive de fugir para aqui!” - conta **Inchamo Mwarabo**, de 67 anos, que residia no bairro de Nanduandua, Mocimboa da Praia.

Reassentado em definitivo na aldeia de Marocane, Inchamo lamenta que o Governo não esteja a criar condições para que ele continue a praticar a única actividade que vinha praticando em toda a sua vida: a pesca.

Inchamo fugiu do ataque de Mocímboa da Praia, em Junho de 2020, e encontrou abrigo na cidade de Pemba, em casa de um familiar. Em Novembro foi transferido pelo Governo para Marocane, onde lhe foi atribuída uma parcela de terra para habitação e outra para a prática da agricultura. Agradece a ajuda mas preferia algo diferente.

“Seria melhor se estivesse reassentado em Pemba onde poderia continuar a pescar. Aqui está difícil, muito difícil!”- conta.

Os Governos Distritais com os poucos recursos financeiros que têm não conseguem prover nenhuma assistência aos deslocados que chegam aos seus territórios em busca de novos lares. As palavras do Director dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas do distrito de Montepuez, Leonídio Varimelo, entrevistado pelo CIP durante o trabalho de campo no dia 11/02/21, expressam bem o drama por que passam os deslocados que chegam às novas terras, sem nada. “Os deslocados dos distritos costeiros têm que se readaptar à nova realidade, isto é, em Montepuez eles têm que trabalhar a terra, fazer agricultura, porque aqui não temos contacto com o mar.”

Portanto, da parte das autoridades locais, quer ao nível provincial, quer ao nível distrital, há um discurso de apelo à resignação e ao conformismo à nova realidade, como se também a prática da agricultura fosse algo inato, e que sem qualquer tipo de esforço qualquer um pudesse desenvolver essa actividade económica com sucesso, desde momento que lhe fosse atribuído um pedaço de terra, uma enxada e uma catana.

A própria agricultura requer um conhecimento profundo de técnicas de cultivo, o que produzir em determinados tipos de solos, e a especialização nas culturas apropriadas para o tipo de solo específico. Nem todos os agricultores produzem todo o tipo de culturas, e a mudança de uma zona costeira para uma zona do interior, condiciona o tipo de culturas agrícolas por se cultivar.



Foto: Marcelino Abdala

Marcelino Abdala, de 70 anos, fugiu da aldeia de Chinda, Mbau, no distrito de Mocímboa da Praia. Agora está reassentado no distrito de Ancuabe, aldeia de Marocane. Contou que no seu distrito de origem produzia grandes quantidades de arroz que depois colocava a venda. Após o seu reassentamento em Ancuabe, Abdala já não dispõe das mesmas condições para o plantio do arroz, cultura na qual ele se tinha especializado.

Marcelino Abdala, tal como outros deslocados, necessita de apoio e tempo para poder pesquisar e descobrir as culturas que podem produzir nas zonas onde foram reassentados. Este é trabalho de extensionistas existentes nas direcções provinciais de agricultura. Devia ser estendido aos deslocados, fornecendo insumos agrícolas e assistência técnica que inclui o que produzir e como produzir.

Entretanto, nem todos os reassentados têm um passado ligado ao trabalho da agricultura, e a grande maioria dos Kimwani são disso exemplo. O empresário Júlio Sathy entrevistado pelo CIP na cidade de Pemba disse que a guerra de Cabo Delgado “obrigou ao encerramento de pequenas e médias empresas nos distritos de Quissanga, Macomia, Nangade, Mocímboa da Praia e Muidumbe. Muitos desses pequenos comerciantes e empresários perderam tudo e a agora vivem de ajuda de familiares ou nos centros de acolhimento.”

Nos centros de acolhimento provisório e definitivos, como também nas famílias de acolhimento, há milhares de deslocados cujas habilidades profissionais não estão relacionadas com a agricultura. A atribuição de um pedaço de terra não pode ser considerada um meio efectivo de integração dos mesmos, principalmente quando muitos deles passaram por processos traumáticos como ver os seus familiares, amigos e conhecidos assassinados e os seus bens pilhados ou destruídos. É preciso haver programas de ajuda efectiva aos deslocados que se movimentam para zonas seguras em busca de refazer as suas vidas. Isto passa por mapear as suas valências e fazer o reassentamento tendo isso em conta.

Paralelamente a crença de que os deslocados de guerra provenientes das zonas costeiras devem procurar acomodar-se ou habituar-se, há uma outra narrativa que se tem vindo a consolidar que é a ideia de que os povos Kimwanis, ou dos distritos provenientes da costa, são preguiçosos, não gostam de trabalhar.

Provavelmente, o facto destes não se sentirem confortáveis com a prática da agricultura desincentiva-os a cultivar a terra. E essa dificuldade na adaptação tem contribuído para a consolidação de uma narrativa segundo a qual as populações costeiras são preguiçosas. Esta percepção é também partilhada por pessoas e organizações que prestam assistência humanitária aos deslocados.

Em Montepuez, a equipa de pesquisa do CIP entrevistou a Irmã Teresa Balanga, da Congregação Franciscana de Maria, que tem ajudado a receber, abrigar e a dar de comer aos deslocados que chegam à cidade de Montepuez via Mueda.

Com o encerramento das aulas de formação no convento da congregação, para prevenir a propagação da COVID-19, a Irmã Teresa transformou o internato em abrigo transitório para os deslocados que chegavam ao distrito cansados e após vários dias de viagem sem o que comer.

Mas quando o assunto são os deslocados provenientes das zonas costeiras, a Irmã Teresa nota com preocupação que estes não querem produzir.

“Os Mwanis não querem ir viver nos centros de acolhimento porque não querem viver da produção das machambas, diferentemente dos macuas e dos Maconde que aceitam viver nos centros e fazem agricultura.”, afirma criticando a atitude. “Nas suas zonas de origem [os mwani], os maridos iam à pesca, depois vendiam o peixe e com o dinheiro compravam arroz, feijão, todos os bens que necessitavam para viverem. As mulheres ficavam em casa a pintar-se à espera que os maridos voltassem da pesca, para irem vender o pescado. Em Montepuez não há mar, e eles têm que se reinventar, algo que parece que eles não aceitam facilmente. Com eles, o processo de readaptação tem sido bastante difícil e os homens só ficam sentados à espera de ajuda!”, disse.

As palavras da freira, que à primeira são críticas a um modo de vida considerado desajustado à realidade local, são muito mais do que isso. São testemunho de sofrimento de pessoas que foram forçadas a sair das suas terras e agora devem aprender a viver em um novo meio adverso.

Mais do que criar estereótipos em relação a forma de estar dos Mwanis, e outros grupos étnicos provenientes da costa, há necessidade de se compreender as reais causas das dificuldades de readaptação deste grupo étnico. Provavelmente, o Governo provincial, na ânsia de trazer alguma “normalidade” às vidas dos deslocados, esteja a ignorar a necessidade de compreender as necessidades especiais dos diferentes grupos de deslocados. Para além disso, é preciso apoiá-los na readaptação, e isto implica também uma assistência psicológica, pois para além do trauma, são histórias de vida que foram apagadas do nada.

O reassentamento definitivo dos deslocados em curso na província de Cabo Delgado seria o momento/oportunidade ideal para que a tão propalada Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), lançada a 31 de Agosto de 2020, ajudasse na reintegração socio-económica dos deslocados e a sua adaptação nas novas aldeias, com programas de apoio a iniciativas de negócios e outras actividades económicas. Actualmente, uma parcela de terra, enxada e catana são os únicos meios de produção colocados à disposição dos deslocados para promover o seu desenvolvimento.

Em alguns distritos, há acções compulsivas para forçar os deslocados a mudar-se para as novas aldeias de reassentamento, no meio do nada.

“O governo actualmente proíbe que as pessoas que estão hospedadas nas famílias de acolhimento recebam ajuda, obrigando, por conseguinte, que os deslocados que estão nas famílias de acolhimento se desloquem para os centros de reassentamento definitivos”, contou a Irmã teresa. “No entendimento do governo, quando os deslocados se mantêm nas famílias de acolhimento eles sobrecarregam o sistema de saneamento básico da cidade de Montepuez, o que acabou provocando o surto de cólera que afecta a cidade²⁴.”

A medida do governo distrital de Montepuez poderá ter o condão de forçar os deslocados dos distritos costeiros a reassentarem-se nos centros de acolhimento definitivo ou então a arranjar outras estratégias de sobrevivência de modo a contornarem a obrigação de só receberem ajuda se já estiverem instalados nos centros.

Algo semelhante aconteceu no distrito de Metuge, onde segundo o administrador do distrito, António Varela Nandanga, houve deslocados que não tendo hábitos de agricultura e essas pessoas estavam reassentadas em Ntokota, um local sem acesso ao mar, elas preferiram abandonar os centros e por sua conta e risco, foram alojar-se em Pangane, uma zona do distrito com acesso ao mar. O administrador de Metuge falou também do caso de 500 famílias que se dedicam somente ao negócio, porque era essa actividade que desenvolviam nas suas aldeias de origem.

Como se pode depreender, em situação de aflição “até o leão come capim”, contudo será preciso algum tempo para que o leão adapte o seu paladar a esta nova iguaria. E, por vezes até esse próprio capim, pode faltar, como frisou o Administrador de Metuge quando disse que “em Ntokota há pessoas que até há 3 semanas ainda precisavam de encontrar espaço para ter machambas.²⁵”

Estas machambas, tais como os centros de reassentamento definitivo, estão a ser estabelecidas em locais de mata cerrada. Muitos dos deslocados encontram-se física e psicologicamente debilitados e precisam, ou precisarão, de ajuda para a abertura desses locais para fazerem as suas machambas, que por vezes se situam a uma distância considerável das aldeias de reassentamento.

24 Na altura da realização do trabalho de campo a vila sede do distrito de Montepuez enfrentava um surto de cólera.

25 A entrevista foi realizada no dia 12 /02/21 na sede do distrito de Metuge, província de Cabo Delgado.

Portanto, o argumento de que os deslocados provenientes das zonas costeiras são preguiçosos e que há necessidade da sua readaptação rápida às novas condições, parece ser, acima de tudo, um discurso de desresponsabilização do Governo, principalmente a nível central, perante a sua incapacidade de criar medidas para a integração de todos os deslocados, minimizando, desta forma, o seu sofrimento.

A fase de reassentamento definitivo é crucial para criar as bases para um novo começo dos deslocados, através da sua reintegração socioeconómica. Entretanto, no terreno sente-se que o Governo central está totalmente alheio a este processo. Era de esperar que neste momento as actividades da ADIN já se fizessem sentir ao nível da província de modo a oferecer um novo alento à vida dos milhares de deslocados.

Com os governos distritais pressionados, e sem recursos suficientes para responder de forma efectiva às necessidades dos deslocados nem para criar soluções sustentáveis que permitam a sua integração, a província de Cabo Delgado precisa de uma intervenção multisectorial e multidisciplinar de modo a ajudar no processo de reintegração dos mais de 670 mil deslocados. Esta não é uma tarefa que os governos provincial e distritais, desprovidos de meios, irão conseguir fazer. Os parceiros de cooperação, as organizações humanitárias, confissões religiosas, sociedade civil, empresários e pessoas de boa vontade estão a fazer o que podem para minimizar o sofrimento dos deslocados, mas é preciso que haja um maior engajamento do Governo ao nível central, principalmente das lideranças em Maputo.

2.3. Deslocados Maconde recebem fundos do Estado e são mais independentes

Diferentemente dos Kimwanis, alguns deslocados provenientes dos distritos de Muidumbe e Mueda – na sua maioria do grupo étnico Maconde - são antigos combatentes ou têm algum parente próximo que esteve ligado à luta armada, o que faz com que beneficiem do subsídio (pensão) alocado pelo Estado aos antigos combatentes e a seus familiares próximos²⁶. Segundo constatou o CIP, muitos pensionistas na condição de deslocados continuam a beneficiar do subsídio do Estado nos distritos onde se encontram.

O facto de possuírem esta fonte de renda torna-os relativamente menos vulneráveis comparativamente aos demais deslocados. Embora possuam as mesmas dificuldades inerentes à sua condição, os deslocados pensionistas conseguem facilmente suprir algumas das suas necessidades com o subsídio do Estado e a assistência alimentar que recebem.

A disponibilidade ou não de recursos por parte dos deslocados, influencia muito na escolha do lugar para onde eles se refugiam. Os deslocados pensionistas (e funcionários públicos), regra geral, não ficam muito tempo alojados em centros de acomodação provisórios nem em famílias de acolhimento, visto que, diferentemente da maioria dos deslocados que perdeu tudo com a guerra, estes continuam a receber mensalmente nas suas contas o subsídio para antigos combatentes ou o salário da função pública e, com este valor, conseguem adquirir ou arrendar casas nos distritos onde se encontram. Os deslocados que não são pensionistas nem funcionários do Estado e, portanto, os mais dependentes da assistência humanitária, estão na sua maioria concentrados em casas de familiares, nos centros de acolhimento provisório e nas recém-criadas aldeias de reassentamento definitivo.

Os deslocados saídos dos distritos costeiros de Mocimboa da Praia, Macomia, Quissanga - os Kimwanis- são

²⁶ Feijó, J. (2019). Assimetrias no Acesso ao Estado: Um Terreno Fértil de Penetração do Jihadismo Islâmico?. Observatório do Meio Rural. [Online] Disponível em <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-93-Assimetrias-no-acesso-ao-Estado.pdf> [Acessado a 09 Fev. 2021]

os menos abrangidos pelo subsídio do Estado destinado aos antigos combatentes pelo facto de, no seio deste grupo étnico, haver relativamente poucos antigos combatentes ou parentes de combatentes. Estes são os mais vulneráveis se comparado com os deslocados saídos dos distritos de Mueda e Muidumbe. Por um lado, a maioria dos deslocados da costa têm menos possibilidades em termos de recursos em relação aos deslocados dos distritos de Mueda e Muidumbe, por outro lado, os kimwanis, para além de serem o grupo mais assolado pela guerra, uma vez que os ataques incidiram mais sobre os distritos costeiros de Mocímboa da Praia, Macomia, Quissanga e Palma, são o grupo com mais dificuldades de integração.

Sendo os kimwanis na sua maioria pescadores e comerciantes, muitos destes foram reassentados em regiões mais para o interior onde a agricultura é a principal actividade de subsistência que se lhes apresenta.

No outro extremo, os seus homólogos Makonde, para além de saberem trabalhar a terra, são, na sua maioria, pensionistas. Uma vez chegados a zonas seguras, alguns destes conseguem, através do subsídio que recebem do Estado e apoio de familiares, desenvolver algum negócio para garantir a sua subsistência, o que raramente se verifica no caso dos Kimwanis.

O facto de os distritos de Mueda e Muidumbe não terem sido bastante assolados pela guerra faz com que alguns deslocados, que abandonaram o distrito por temer o pior, possam ainda contar com o apoio de seus familiares que decidiram permanecer no distrito e estão a desenvolver alguma actividade rentável. O mesmo não sucede com os deslocados das zonas costeiras onde todo o tecido social e económico foi amplamente devastado pela guerra.

Apesar de todos os deslocados da guerra de Cabo Delgado, independentemente da sua proveniência, necessitarem com urgência de ajuda, as autoridades governamentais e organizações humanitárias devem ter particular atenção para com as dificuldades dos grupos mais vulneráveis.

Mortes após a primeira refeição

A Irmã Teresa Balanga contou demoradamente o drama dos deslocados do conflito de Cabo Delgado, não só o dos Mwanis, como também de outros grupos étnicos. Durante a conversa que durou aproximadamente 1 hora, ela contou que um dia chegou um grupo enorme de deslocados de guerra provenientes de Mocímboa da Praia e tinha ficado dias a caminhar nas matas. Quando este grupo chegou a casa das irmãs em busca de refúgio e comida, uma criança perdeu a vida porque logo que elas viram pão que estava disponível à mesa, começaram a comer rapidamente. Como não comiam havia muito tempo, a rapidez com que comeram o pão foi fatal para a criança. Para evitar desastres similares, as irmãs passaram a preparar chá quente após a chegada dos deslocados e só depois é que oferecem uma refeição mais sólida. Em Montepuez foram contabilizadas três mortes de crianças de deslocados aparentemente causadas pelo consumo de alimentos sólidos após longos dias de fome, durante a fuga.

Familiares de chefes foram os primeiros a sair

Os deslocados de guerra não saíram apenas de áreas onde houve ataques. Mesmo em áreas onde não houve ataques, tais como Mueda, os habitantes fugiram porque perceberam que as famílias dos Chefes já tinham abandonado o distrito com receio de ataques. Os familiares de Nyusi, Chipande e de outros generais Makondes foram evacuados via aérea. Foram os primeiros a abandonar a vila de Mueda. Quando o resto da população se apercebeu disso, também saiu em debandada em busca de refúgio em Montepuez.

Necessidade de atenção especial para as famílias chefiadas por mulher e crianças e idosos

Nas novas aldeias de reassentamento definitivo, todos são atirados para o meio do mato com catana, enxada e lona para sobreviver. As famílias chefiadas por crianças, mulheres e idosos enfrentam mais dificuldades para se adaptarem. No centro de reassentamento de Nicuapa, em Montepuez, uma família de 7 membros chefiada por crianças estava há meses sem conseguir construir seu abrigo. A família foi “descoberta” pelo director de Infraestruturas de Montepuez, meses depois de ter sido reassentada naquela aldeia e sem ainda ter conseguido erguer abrigo. Ninguém do Governo, ou de outras organizações humanitárias, tinha notado a situação, até que o diretor de Infraestruturas de Montepuez foi informado e foi visitar a família com kit de ajuda alimentar. Em época chuvosa, a família continua a dormir ao relento, na parcela que lhe foi atribuída para erguer o seu novo lar.



Fotos: Família de deslocados chefiada por crianças não consegue erguer palhota para se abrigar no centro de reassentamento definitivo de Nicuapa, Montepuez

2.4 Como as dívidas ocultas afectam deslocados do conflito de Cabo Delgado

À primeira vista parecem assuntos completamente diferentes e sem qualquer tipo de conexão, o escândalo das dívidas ocultas e a falta de apoio por parte do Governo Central aos deslocados do conflito armado em Cabo Delgado. No entanto, no terreno percebe-se que há uma relação causal entre o maior escândalo de corrupção da história de Moçambique e o drama por que passam os mais de 670 mil deslocados deste conflito.

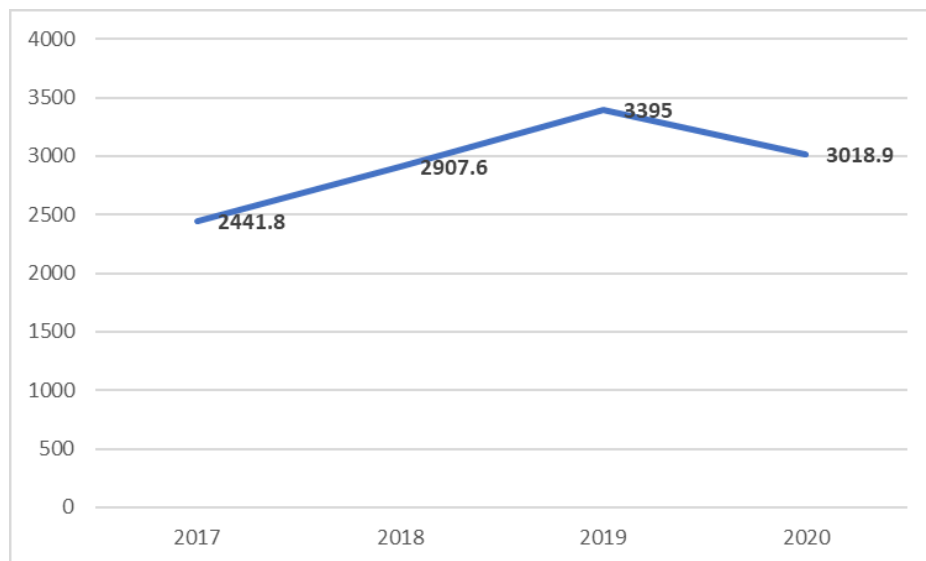
A debandada que ocorreu em distritos como Quissanga, Macomia, Muidumbe, Mocimboa da Praia, Nangade e, Palma criou uma enorme pressão aos distritos de acolhimento dos deslocados, tais como a cidade de Pemba, Metuge, Montepuez, Ancuabe e Chiúre. Alguns distritos viram rapidamente o número de habitantes a duplicar ou mesmo a triplicar num curto espaço de tempo.

O aumento exponencial de habitantes nesses distritos criou uma enorme pressão aos governos distritais nos locais onde foram criados centros de acolhimento provisório ou permanente, uma vez que os deslocados que têm vindo a chegar precisam de todos os serviços básicos, tais como o acesso a saúde, educação, espaço para a construção de infra-estruturas tais como: parcelamentos, arruamentos, construção de furos de água das novas aldeias para o reassentamento definitivo.

Perante esse cenário de emergência que a província enfrenta, e em particular os distritos acima mencionados, era suposto que o Governo Central, elaborasse um orçamento rectificativo que pudesse dotar o Governo provincial e os distritais de capacidade financeira para lidar com esta situação de emergência.

A nível da província registou-se um ligeiro aumento de 17% dos recursos para Cabo Delgado entre 2017 a 2019. No entanto, para além do aumento ter estado muito abaixo das necessidades daquela província (12 biliões de meticais só para assistir os deslocados), no último ano houve uma redução do orçamento de 3.4 mil milhões de meticais para 3 mil milhões de meticais.

Gráfico 7: Evolução da despesa pública a Cabo Delgado



Fonte: REO (2017 – 2020)

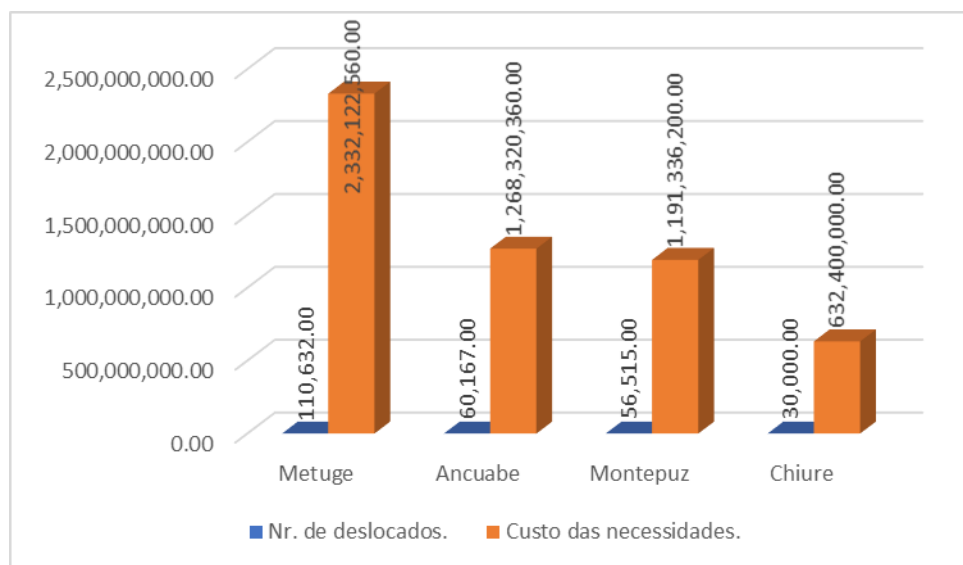
Para assistir os cerca de 670.000 deslocados da guerra de Cabo Delgado durante o ano de 2021 o Governo precisaria de pelo menos USD 207,7 milhões, o equivalente a 14,1 biliões de meticais²⁷, que corresponde a 2, 1% do PIB de 2020.

²⁷ Ao câmbio de 68MT/USD

O custo *per capita* da satisfação das principais necessidades dos deslocados, nomeadamente segurança, habitação, educação, saúde e meios de subsistência, é de USD 310 por ano, segundo o *Internal Displacement Index Report 2020*²⁸, o que significa que por mês cada deslocado precisaria de cerca de USD 25,8 o correspondente a 1,756 meticais, para suprir as suas necessidades básicas.

Para a província de Cabo Delgado, o Governo deveria alocar cerca de 12 biliões de meticais para assistência aos cerca de 570 000 deslocados. Deste valor, o distrito de Metuge, com o maior número de deslocados depois da cidade de Pemba, precisaria de 2,3 biliões de meticais. Para o distrito de Ancuabe, com 60 167 deslocados, seriam necessários 1,2 biliões de meticais. O distrito de Montepuez precisaria de 1,1 bilhão de meticais para assistir os cerca de 56 515 deslocados existentes no distrito. Por último, para o distrito de Chiure, com 30 000 deslocados, seriam necessários 632,5 milhões de meticais para assistência.

Gráfico 8. Custo das necessidades dos deslocados por distrito (Milhões de Meticais) - Cabo Delgado



Para a província de Nampula, que acolhe cerca de 64 000 deslocados, o Governo deveria alocar, só para este ano, 1. 3 bilião de meticais contra os 645,4 milhões de meticais definidos como limite orçamental para esta província. O critério de afectação de recursos usado não tomou em consideração os efeitos dos deslocados internos, pois considerou dados da população referente ao censo de 2017.

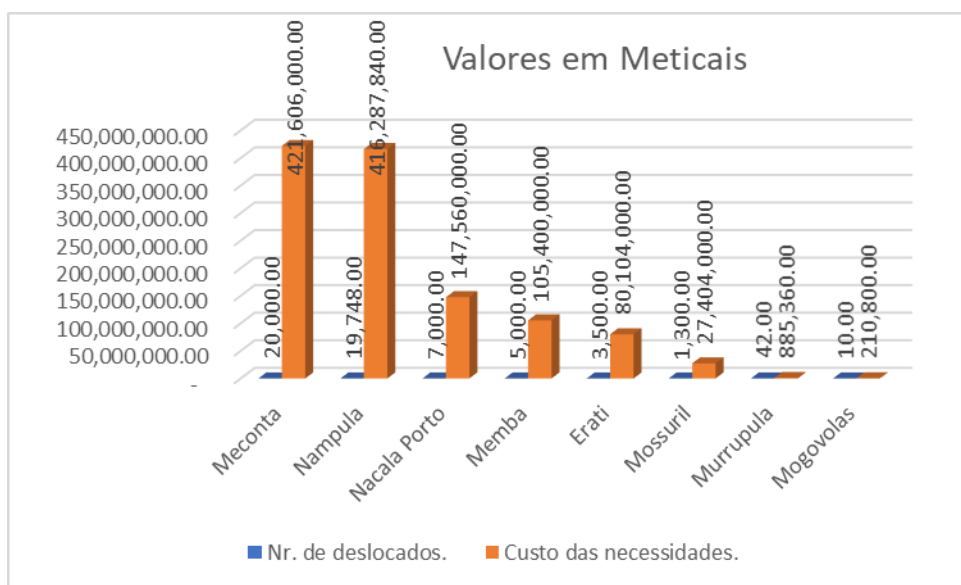
Num extremo, o distrito de Meconta, com maior número de deslocados, cerca de 20 000, precisaria de 421. 6 milhões de meticais para assistência aos deslocados. No outro extremo, para o distrito de Mogovolas, que acolhe o menor número de deslocados, 10, seriam necessários cerca de 210 mil meticais.

As Nações Unidas lançaram apelo humanitário em Dezembro de 2020 para mobilizar 254 milhões de dólares destinados a assistir cerca de 1.1 milhão de pessoas deslocadas, incluindo algumas famílias de acolhimento, mas até ao início de Abril de 2021, só se haviam mobilizado 2,6 mil milhões de dólares, o equivalente a 1%²⁹.

28 Internal Displacement Monitoring Center (2020) Internal Displacement Index Report (2020). Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/publications/internal-displacement-index-2020-report>. Consultado a 30. Mar. 2020

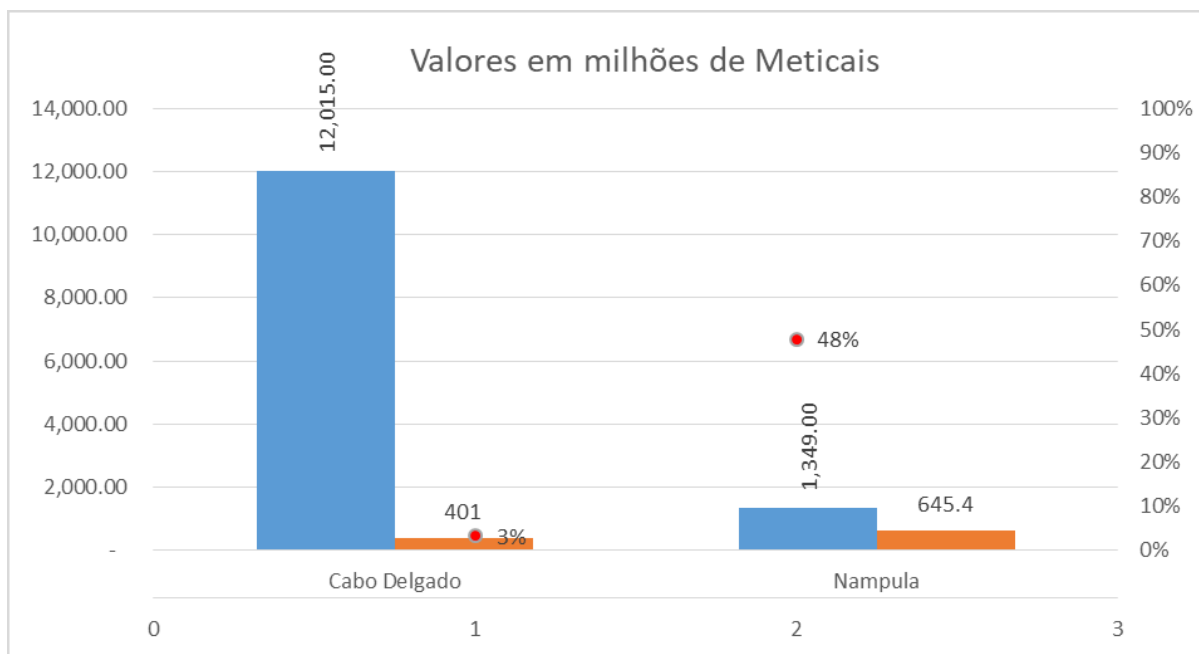
29 OCHA (2021). Mozambique Humanitarian Response Plan 2021, disponível em <https://fts.unocha.org/appeals/1040/summary> [acessado a 02 de Abril de 2021]

Gráfico 9. Custo das necessidades dos deslocados por distrito (Milhões de Meticais) – Nampula



A realidade no terreno revela que o Governo não alocou nenhum orçamento especial para assistir os deslocados de guerra. O Governo central continua a trabalhar como se a província de Cabo Delgado não estivesse a enfrentar a situação calamitosa de ter que gerir mais de 570 mil deslocados do conflito armado.

Gráfico 10. Custo das necessidades dos deslocados vs valores do OE orçados para Nampula e Cabo Delgado.



Fonte: Compilação dos autores

As palavras de António Nandanga, administrador do distrito de Metuge, entrevistado para efeitos deste trabalho no dia 12/02/21 expressam a situação vivida pelos governos dos distritos que recebem deslocados.

“O trabalho de construção de latrinas, parcelamento, abertura de furos de água, foi todo com apoio dos parceiros. Não houve orçamento rectificativo, o orçamento que recebia para gerir a população de Metuge, já não é suficiente,

uma vez que a nossa população está acima do dobro. Temos muita gente aqui. Era necessário um orçamento que tomasse em conta o contexto que o distrito vive. Antes da crise, a população do distrito era de 87.866 habitantes. Actualmente temos cerca de 200 mil habitantes e continuamos com o mesmo orçamento de antes da eclosão desta crise humanitária.”

O Secretário do Estado da Província de Cabo Delgado, Armindo Ngunga, que também foi entrevistado para efeitos deste trabalho no dia 15/02/21, explicou porque não há dinheiro nos cofres do Estado para apoiar os deslocados.

“Desde 2016 a esta parte, o Estado moçambicano está a enfrentar graves problemas financeiros, e nós estamos a fazer a gestão com base no que temos. Não houve um reforço orçamental para a província ou para os distritos. Fazemos a gestão com base naquilo que há.”, afirmou aquele representante do Estado na província.

O ano de 2016 foi o da descoberta de 2.2 mil milhões de dólares das dívidas ocultas, ilegalmente contratadas pelo Governo moçambicano entre 2013 e 2014. Com a revelação das dívidas, os parceiros suspenderam o Apoio Directo ao Orçamento do Estado, arrastando a economia moçambicana para uma crise profunda que ainda hoje se faz sentir. Desde então, o Governo tem estado a fazer gestão às pinças para custear as despesas, principalmente as ligadas aos sectores sociais.

Sem este apoio, o Estado viu-se obrigado a arranjar outras formas de financiamento, o que de certa forma fez com que a dívida interna contraída com os bancos comerciais aumentasse consideravelmente desde o ano de 2016 a esta parte, tornando-se numa das principais fontes de financiamento público³⁰.

As dívidas ocultas levaram a que um Estado que tem responsabilidades para com os seus cidadãos, abandonasse quase por completo os deslocados deste conflito. A distância que separa Maputo – centro político e económico do país – a Cabo Delgado é de cerca de 3000 km, o que ajuda ao Governo a disfarçar o desconforto de um conflito armado que já se prolonga a mais de 3 anos e provocou mais de 570 mil deslocados, segundo números oficiais.

Nem o facto de a província de Cabo Delgado ter-se tornado o novo *El Dorado* do país, devido às suas enormes reservas de gás natural que trouxeram para Moçambique o maior volume de investimento privado que o continente africano já recebeu, foi capaz de sensibilizar o governo central para mobilizar fundos internos para ajudar a população deslocada daquela província.

O Governo, a nível central, delegou essa responsabilidade aos governos provincial e distritais, que sem meios financeiros e contando com a ajuda de organizações internacionais tais como o PMA, OIM, UNICEF, Cáritas, UNFDP e empresários singulares tem tentando gerir os enormes desafios que este conflito trouxe para a província.

No terreno não se vislumbra o trabalho de entidades como o Instituto Nacional de Gestão e Redução de Riscos de Desastres (INGD) ou da Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), MGCAS, entidades públicas que deveriam estar ao lado do governo provincial e distrital a ajudar a coordenar o processo de recepção dos deslocados e o seu reassentamento definitivo.

De forma recorrente, a equipa de pesquisa foi perguntando aos diversos interlocutores entrevistados no terreno qual tem sido o papel da ADIN e todos foram unânimes em dizer que ela ainda não estava a operar no terreno. Armindo Ngunga, Secretário de Estado da província, afirmou que “A ADIN ainda está a instalar-se. Neste momento não está a implementar nada. Ela irá fazer a mobilização de recursos, mas por enquanto está a fazer a sua organização interna e o desenho do seu plano estratégico.”

30 CIP (2020) Depois das dívidas ocultas: o Ministério de Economia e Finanças continua a não prestar contas da Gestão da Dívida Pública, disponível em <https://cip-moz.org/wp-content/uploads/2020/03/Depois-das-di%CC%81vidas-ocultas.pdf> [consultado a 21 de Fevereiro de 2020]

Durante o período em que foi realizado o trabalho de campo, já tinham sido criadas 21 aldeias para o reassentamento definitivo, que albergavam cerca de 10 mil famílias, uma gota no oceano, quando comparado com o número total de famílias que é de cerca de 100 mil. Estes dados foram fornecidos pelo Secretário de Estado da província de Cabo Delgado, Armindo Ngunga, que frisou: “O que conseguimos fazer é muito pouco perante as adversidades que temos vindo a enfrentar no terreno”.

Com se pode depreender, perante este drama humanitário de grandes dimensões, só vista no período da guerra civil, o Governo, ao nível central, tem tido uma atitude apática e de total desresponsabilização perante milhares de deslocados. Na província de Cabo Delgado, que tem um problema de pobreza estrutural, neste momento assiste-se a um cenário onde famílias pobres, recebem e assistem os seus familiares pobres fugidos do conflito armado.

Tendo consciência disso, o Programa Mundial de Alimentação (PMA) desenhou para o ano de 2021 uma nova estratégia de ajuda mais abrangente que contempla as famílias de acolhimento. A Representante e Directora Nacional do PMA, Antonella D’Aprile, disse ao CIP que: “o PMA está a ajudar os deslocados que se encontram nas famílias de acolhimento, e para o ano 2021 está prevista ajuda para 500 mil deslocados e 250 mil pessoas das famílias de acolhimento.”

A crise financeira criada pelo escândalo das dívidas ocultas trouxe enormes dificuldades financeiras ao Estado, impossibilitando-o de cumprir com parte considerável das suas obrigações, principalmente no que diz respeito ao investimento nos sectores sociais. Porém, para o caso particular da província Cabo Delgado fica também visível alguma insensibilidade da parte do governo central de modo a ajudar a mitigar o sofrimento das populações.

A rapidez e eficácia com que o governo central procurou mobilizar fundos para fazer face a pandemia da COVID-19 que tem estado a afectar principalmente as elites políticas e económicas estabelecidas em Maputo, não tem sido a mesma usada para tentar mobilizar fundos para ajudar os deslocados de guerra na província de Cabo Delgado.

2.5 Cerca de 10% dos deslocados de Cabo Delgado escolheram Nampula para reiniciar a vida

Nampula é, depois de Cabo Delgado, a segunda província com mais deslocados de guerra. Dados do Instituto Nacional de Gestão de Desastres indicam que a província tem aproximadamente 64 000 deslocados espalhados por 17 distritos, dos quais 53% são do sexo feminino e 47% do sexo masculino. A maioria dos deslocados, 54%, é menor de 18 anos.

À semelhança da província de Cabo Delgado, o fluxo de deslocados para Nampula registou o pico entre os meses de Novembro e Dezembro de 2020, como resultado, em parte, do recrudescimento dos ataques armados em Cabo Delgado. Quando o CIP visitou a província de Nampula em finais de Setembro de 2020 havia 25 mil deslocados. Em Novembro do mesmo ano, o número de deslocados na província subiu para 49 000, um aumento de 96% em menos de dois meses. De Novembro para Dezembro, o número passou de 49 000 para 60 000, um aumento de 22,4%. Assim, em 7 meses (Setembro 2020 a Março 2021), o número de deslocados na província de Nampula aumentou em 156%.

Segundo o Delegado do INGD em Nampula, Alberto Armando, entrevistado pelo CIP, o aumento do número deslocados pode não significar necessariamente a chegada de novos deslocados na província. “A evolução do número dos deslocados neste período pode estar associado ao aprimoramento dos nossos registos e oficialização dos dados daqueles deslocados que já estavam na província.”, refere.

Os distritos da província de Nampula que acolhem maior número de deslocados são Meconta, com 20 000; Nampula, com 19 748; Nacala-Porto, com 7 000; Memba, com 5 000; Eráti, com 3 800; Monapo, com 2 400; e Mossuril, com 1 300. No outro extremo, os distritos de Murrupula e Mogovolas, com 42 e 9 deslocados respectivamente, são os que menos deslocados acolhem.

À semelhança de Cabo Delgado, a maioria dos deslocados de Nampula está concentrada nos maiores centros urbanos da província.

2.5.1 Cerca de 4% dos deslocados no centro de reassentamento definitivo de Corrane

Com vista a descongestionar os centros transitórios de Namialo, aliviar as famílias acolhedoras e criar condições para os deslocados desenvolverem actividades de subsistência, o Governo provincial de Nampula criou, em Novembro de 2020, um centro de reassentamento definitivo localizado no posto Administrativo de Corrane, distrito de Meconta.

O centro de Corrane é o único centro de reassentamento definitivo da província de Nampula e acolhe cerca de 500 2 deslocados, dos quais 80% saídos de Meconta e 20% da cidade de Nampula. O Governo atribuiu a cada família um abrigo temporário num talhão de 30/20 metros e 1, 5 hectare e insumos para a prática da agricultura.

Para o estabelecimento da aldeia de reassentamento de Corrane, parcelamento e alocação de abrigos provisórios para cerca de 800 famílias, o governo de Nampula desembolsou acima de 2 milhões de meticais. A gestão da verba foi feita pelo INGD-Nampula.

O Delegado do INGD em Nampula, Alberto Armando, disse em entrevista que o Governo não está alheio à situação dos deslocados na província. “O Governo está em frente do processo na medida em que coordena as diferentes actividades de assistência em curso. O parceiro tem o dinheiro, mas o Governo é quem orienta. As deslocações das equipas técnicas para o campo são suportadas pelo Governo.”- explicou.

Segundo Alberto Armando, entre Outubro e Novembro foram desembolsados cerca de 4 milhões de meticais para assistência a populações vulneráveis. “Parte deste valor beneficiou aos deslocados de alguma forma.”, disse.

O Governo, através de diferentes entidades, está envolvido, como coordenador, em actividades de assistência aos deslocados que conta com o apoio das organizações humanitárias e parceiros. Por exemplo, na componente de alimentação, o INGD-Nampula para além de coordenar o *cluster* da assistência alimentar de que fazem parte o Programa Mundial de Alimentação (PMA) e a CARITAS, o INGC distribui, mensalmente, *kits* de alimentos para cerca de 4000 deslocados em distritos eventualmente não abrangidos pela assistência das organizações humanitárias.

2.5.2 No meio de sofrimento há quem consiga se adaptar

Apesar de todas as adversidades, entre os deslocados surgem vários heróis ou heroínas improváveis. É o caso da senhora Ancha Chande. A equipa de pesquisa do CIP conheceu esta deslocada no centro de reassentamento definitivo de Corane, distrito de Meconta. Mãe solteira de 3 filhos, durante a fuga ao conflito, ela tornou-se “mãe” de mais 5 crianças que vivem com ela na tenda improvisada no meio do seu quintal.



Foto: Ancha Chande

Com o nome de nascimento de Bebi Maurosse Muema, após o casamento com o ex-marido, que é muçulmano, adoptou o nome Ancha Chande. Natural de Mueda, vivia na vila de Mocímboa da Praia, muito próximo da sede distrito. Conta que era comerciante de produtos que comprava na Tanzania e em Nampula para vender em Mocímboa da Praia.

A senhora Ancha Chande conta que durante a fuga de Mocímboa da Praia, após a entrada dos insurgentes, ela fugiu com a filha que estava consigo. Os outros dois filhos encontravam-se na cidade de Nampula a estudar. Os negócios que ela tinha serviam para pagar a escola e o alojamento dos dois filhos que estavam a estudar.

Durante a fuga, os pais de 5 crianças que estavam no seu grupo que fugia dos ataques, foram assassinados e ela continuou a fugir com as crianças. Quando chegou a Nampula, manteve-se com as crianças órfãs que tinham fugido com ela, até chegar ao centro de reassentamento definitivo de Corrane, tornando-se ela a única responsável desses menores que hoje fazem parte do seu agregado familiar.

Conta que quando chegaram a Nampula foram acolhidos por uma família amiga, mas que passado um mês, o ambiente na casa já não era dos melhores, porque a família de acolhimento já estava cansada de ter tanta gente em sua casa.

Decidiu ir buscar os seus dois filhos que estavam a estudar em Nampula porque já não tinha como pagar os seus estudos e a renda de casa, uma vez que já não tinha o rendimento dos seus negócios. Actualmente encontra-se em Corrane com os seus 8 filhos, como ela carinhosamente trata a todos eles, apesar de 5 ter “adoptado” durante a fuga de Mocímboa da Praia.

Mãe solteira de 8 filhos, dos quais 7 menores, ela não consegue erguer uma casa de bambu e maticada. Isso requer ir ao mato cortar o bambu e preparar o barro para maticar, trabalho que os homens fazem com alguma facilidade mas que no seu caso é difícil.

Devido à impossibilidade de erguer uma palhota, esta família de oito membros continua a dormir em uma tenda que lhe foi atribuída por organizações de ajuda humanitária quando chegaram ao centro. A senhora Ancha Chande, afirma que as famílias que têm homens têm a vida mais facilitada em termos de habitação. A maioria das casas melhoradas que são visíveis no centro são de famílias chefiadas por homens.

Tal como muitos dos deslocados deste conflito, Ancha Chande afirma que não pensa em regressar a Mocímboa da Praia. Ela conta que viu a casa a ser bombardeada porque os Al-Shabaab estavam nas redondezas e que de um helicóptero de uma empresa militar privada tinham caído bombas que destruíram a sua casa.

Toda a destruição e o terror que ela assistiu na fuga não lhe permitem pensar em regressar a Mocímboa da Praia, pelo menos tão já. “Regressar só se soubesse que há pessoas que regressaram e ficaram mais de 1 ano e não tiveram nenhum problema.”-realça. De contrário, ela não pensa voltar a sofrer tudo o que sofreu na fuga da sua zona de residência, onde afirma que se não fossem as empresas militares privadas, provavelmente não teriam escapado ao ataque dos insurgentes, que eram muitos homens.

No centro de Reassentamento definitivo de Corane tornou-se activista da WorldVision, ajudando nas actividades que esta organização implementa. Simultaneamente cuida das suas machambas, onde cultiva arroz.

Uma das questões que a equipa de pesquisa colocou aos deslocados é “que tipo de apoio precisa para recomeçar a sua vida sem precisar de viver de apoios constantes das organizações das Nações Unidas?” A esta questão a senhora Ancha Chande respondeu: “Eu aqui não posso fazer o tipo de negócios que fazia em Mocímboa da Praia, porque as pessoas aqui não têm nada. Portanto, para mim, o melhor negócio seria fazer agricultura para poder fornecer hortícolas e outras culturas aqui no centro. Para isso eu preciso de uma motobomba. Se tivesse motobomba iria poder produzir o suficiente para a minha família e para vender aos meus vizinhos e depois quem sabe às aldeias vizinhas.”

O resumo da história de vida desta mulher, reforça uma das principais constatações verificadas no terreno, a ausência de uma abordagem diferenciada tendo em conta os grupos mais vulneráveis, mais concretamente, famílias chefiadas por crianças, mulheres e idosos.

A história demonstra ainda a ausência de instituições do Estado que seriam fulcrais para conduzir um processo de reassentamento que fosse multidisciplinar e holístico e tivesse em conta as diferentes necessidades dos deslocados de guerra. No terreno não se encontra a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte, nunca se ouviu falar do papel do Instituto Nacional de Acção Social, o Instituto Nacional de Gestão e Redução de Riscos de Desastres desempenha um papel secundário, e muito do que faz é principalmente na província de Nampula (em Cabo Delgado não se sente a presença desta instituição, por isso é que os Governos distritais solicitam que todos aqueles que pretendam fazer doações se desloquem

aos centros de reassentamento, como forma de poupar os poucos recursos financeiros que estes governos têm para se deslocarem aos centros).

No caso da província de Nampula o INGD é uma espécie de único canal de apoio aos deslocados quando a ajuda é proveniente do sector privado, ONG's nacionais ou pessoas particulares de boa-fé, que são obrigadas a canalizar o apoio ao INGD e depois as suas brigadas levam este apoio e vão distribuir aos centros de reassentamento.

Como se pode depreender, o Governo Central delegou a assistência aos deslocados do conflito armado em Cabo Delgado aos governos locais das províncias e distritos que acolhem os deslocados. A delegação não foi acompanhada de uma dotação orçamental que permitisse a estes governos, atender às necessidades dos deslocados. Os governos distritais e provinciais continuam a receber o mesmo orçamento como se não houvesse uma situação de emergência humanitária.

“Esquartejaram o meu pai”

Samuel Amade, 55 anos, é um dos 2500 deslocados reassentados no centro de Corrane. Natural de Macomia, fugiu do distrito em Agosto de 2020 na companhia da esposa e de 8 filhos após o ataque de insurgentes. “Destruíram a minha casa e esquartejaram o meu pai. Perdi quase tudo!”, conta.



Foto: Samuel Amade

Amade, sua esposa e filhos chegaram a Nampula depois de vários dias de viagem. Conta que fizeram o percurso da vila de Macomia até a localidade de Nacate a pé. De Nacate conseguiram um transporte que os levou até à região Silva Macua, a 80 Km da Cidade de Pemba, no distrito de Ancuabe. De Ancuabe seguiram viagem para província de Nampula, Namialo, graças a ajuda de um irmão que custeou as despesas de transporte. Em Namialo ficaram acomodados no centro transitório de Namialo durante 3 meses e em Novembro de 2020 foram transferidos para o centro de reassentamento de Corrane, seu novo lar.

Em Corrane Amade e a sua família procuram recomeçar a vida, mas as dificuldades são inúmeras. Amade não conseguiu, como alguns deslocados, cultivar na machamba atribuída pelo Governo.

“Quando cheguei o espaço que me deram para cultivar era uma mata densa, não consegui desbravar. “Fiz uma pequena horta no quintal”.

Apesar de ter uma casa onde se abrigar com a família, Amade lamenta as condições em que se encontra. “Quando chove, a casa fica totalmente alagada. A água entra por todos os lados!” - desabafa.

Apesar das dificuldades, Amade, alfaiate de profissão, procura ganhar a vida com o negócio da costura. Diariamente senta-se defronte da sua pequena casa e confecciona pequenos artigos. O negócio não lhe é muito rentável no centro de Corrane. “Em Macomia conseguia fazer 700 meticais diariamente com este negócio, mas aqui o rendimento é muito baixo. As pessoas não têm dinheiro!” - conta.

Diferentemente de muitos deslocados que pensam em regressar à sua terra natal ou residência habitual caso os ataques terminem, Amade pretende estabelecer a sua vida em Corrane e espera por dias melhores.

De acordo com o Delegado do INGD em Nampula, o Governo, organizações humanitárias e parceiros têm em vista a criação de vários projectos para melhorar as condições de vida e garantir o auto-sustento dos deslocados reassentados em Corrane. “O Centro Ecuménico já garantiu a construção de 300 casas melhoradas para os deslocados em Corrane. Paralelamente a este, foram desenhados projectos de criação de galinhas, desenvolvimento da piscicultura na tentativa de diversificar as oportunidades para as famílias se reerguerem.” - avançou.

A implementação efectiva destes outros projectos é importante para a integração económica dos deslocados. Entretanto, o Governo não se deve esquecer de que maior número de deslocados ainda se encontra em famílias de acolhimento e que, a semelhança dos deslocados que estão no centro de reassentamento, não basta a assistência alimentar. Aliás, num contexto em que a ajuda não é eterna, torna-se necessário o desenvolvimento de projectos inclusivos de geração de renda para os deslocados.

Conclusão

O conflito armado de Cabo Delgado, para além das mortes bárbaras gerou uma grande crise de deslocados de guerra, com mais de 25% da população da província a viver neste momento deslocada das suas comunidades. Ao longo dos mais de três anos do conflito, as pessoas foram abandonando as suas casas, aldeias, terras nos distritos do centro e norte da província em busca de locais mais seguros para habitar.

A capital provincial Pemba e os distritos a sul da província de Cabo Delgado foram os principais destinos dos deslocados. O Governo não criou os tradicionais campos de deslocados, fazendo com que as pessoas que fugiam de guerra encontrassem abrigo em casas das chamadas famílias de acolhimento.

Igualmente, o Governo não alocou nenhum orçamento especial para assistir aos deslocados de guerra. O governo central continua a trabalhar como se a província de Cabo Delgado não estivesse a enfrentar a situação calamitosa de ter que gerir mais de 570 mil deslocados do conflito armado.

O recrudescimento, em 2020, dos ataques com o assalto e ocupação temporária das vila-sede distritais de Mocímboa da Praia (por três vezes), Quissanga, Muidumbe (por duas vezes) e Macomia resultou no abandono massivo das áreas de conflito, gerando grande avalanche de deslocados para Pemba, o que tornou a capital provincial sobrelotada. A mesma situação, em menor dimensão, verificava-se nos distritos mais a sul da província.

Com as áreas urbanas superpovoadas pelos deslocados residentes nas famílias de acolhimento, o Secretário do Estado da província em coordenação com os governos distritais iniciou a identificação e a demarcação de terrenos fora das zonas urbanas para o reassentamento definitivo dos deslocados.

Até Fevereiro de 2021, haviam sido criados 21 centros de reassentamento definitivo dos deslocados na província de Cabo Delgado, que albergavam cerca de 10 mil das 100 mil famílias deslocadas existentes na província e um centro de reassentamento definitivo na província de Nampula, com 2500 pessoas.

Nos novos campos de reassentamento definitivo, os deslocados recebem parcela de terra para construção de habitação e para o cultivo; enxada, catana e lona leve para cobertura de casa. Depois cada um deve partir para o mato em busca de material para erguer a sua própria casa.

Nas novas aldeias de reassentamento falta um pouco de tudo desde alimentação, abrigo, utensílios domésticos, vestuário. Grupos vulneráveis, nomeadamente crianças, mulheres e idosos chefes de famílias, enfrentam mais dificuldades para se adaptarem nas novas aldeias de reassentamento definitivo e não têm merecido atenção especial do Governo.

Igualmente, as populações costeiras, na sua maioria do grupo étnico-linguístico Mwani (ou Kimwani) enfrentam grandes dificuldades de adaptação nas aldeias de reassentamento e o Governo parece prestar pouca atenção para esta situação.

Os Governos dos distritos não receberam nenhuma dotação orçamental adicional para fazer face ao aumento da população nos seus territórios causada pela chegada de novos habitantes deslocados de guerra. O Governo central justifica a ausência de ajuda aos deslocados alegando a crise financeira que o país vive, causada pelas dívidas ocultas, que levou à suspensão de apoio directo ao Orçamento do Estado. No entanto, nota-se também que o Governo não tem estado a fazer grande esforço de mobilização de fundos para apoiar os deslocados, quando equiparando, por exemplo, com a mobilização de fundos para fazer face à COVID-19.

A Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN), lançada pelo Governo em 2020 para promover desenvolvimento

em Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, ainda não saiu do papel, notando-se a sua ausência no apoio aos projectos de assistência aos deslocados em Cabo Delgado.

Assim, todo o apoio aos deslocados é confiado aos parceiros, com agências humanitárias das Nações Unidas na dianteira. Mesmo assim, o apoio no terreno nota-se exíguo, havendo famílias que passam mais de dois meses sem receber nenhum tipo de ajuda alimentar.

A má gestão da crise de deslocados de guerra pode gerar ambiente propício nas áreas de reassentamento para a multiplicação do conflito armado que deflagra no norte da província.

Recomendações

Face às constatações apresentadas no estudo, recomenda-se ao Governo:

- prosseguir com a criação de aldeias de reassentamento definitivo e melhorar as condições de reassentamento nas novas aldeias, incluindo ajudar os deslocados na construção de novos abrigos;
- engajar-se mais na mobilização e canalização de apoio aos deslocados de guerra, apoiando os esforços já empreendidos pelos governos locais;
- reforçar o orçamento para as províncias mais afectadas pelos deslocados internos;
- Em coordenação com os parceiros, dedicarem atenção e apoio especial às famílias vulneráveis de deslocados, destacadamente aquelas chefiadas por crianças, idosos e mulheres;
- dedicar atenção especial aos deslocados provenientes de comunidades costeiras que enfrentam dificuldades adicionais para se readaptarem nas novas aldeias de reassentamento definitivo. Isto pode ser através da criação de condições para estas famílias desenvolverem outras actividades económicas como o comércio, aquacultura e acesso ao mar para pesca;
- Criar uma equipa multisectorial de ajuda a reintegração dos deslocados, desde a assistência pós traumática ao reassentamento, tendo em conta as valências/proveniências dos deslocados.

Documentos Consultados

ACLED (2021) *Cabo Ligado Weekly: 8-14 February*. Disponível em: <https://acleddata.com/2021/02/17/cabo-ligado-weekly-8-14-february-2021/> Consultado a 19. Fev. 2021

ACLED (2021) *Ten Conflicts to Worry About in 2021-Mozambique-No end in sight for the Cabo Delgado Insurgency*. Disponível em: <https://acleddata.com/2021/02/02/ten-conflicts-to-worry-about-in-2021/#1612195870459-59840c64-a2b4> Consultado a 19. Fev. 2021;

Bande & Alfroy (2019) *Jihadist insurgency grows in northern Mozambique*. Disponível em <https://news.yahoo.com/jihadist-insurgency-grows-northern-mozambique-140639893.html> Consultado a 18 Fev. 2021;

Carta de Moçambique, *Há deslocados que morrem nos barcos durante a viagem para Pemba*. Disponível em <https://cartamz.com/index.php/politica/item/6407-ha-deslocados-que-morrem-nos-barcos-durante-a-viagem-para-pemba> Consultado a 18. Fev. 2021;

Center for Global Development (2019) *Where Do Internally Displaced People Live and What Does that Mean for Their Economic Integration*. Disponível em: <https://www.cgdev.org/publication/how-urban-are-idps-and-what-does-mean-their-economic-integration>. Consultado a 20. Fev. 2021;

Center for Global Development (2019) *Where Do Internally Displaced People Live and What Does that Mean for Their Economic Integration*. Disponível em: <https://www.cgdev.org/publication/how-urban-are-idps-and-what-does-mean-their-economic-integration>. Consultado a 20. Fev. 2021;

Center for Global Development (2019) *Where Do Internally Displaced People Live and What Does that Mean for Their Economic Integration*. Disponível em: <https://www.cgdev.org/publication/how-urban-are-idps-and-what-does-mean-their-economic-integration>. Consultado a 20. Fev. 2021;

CICR (2020) *Le Déplacement Durant Les Conflits Armés: Comment Le Droit International Humanitaire Protège En Temps De Guerre et Pourquoi C'est Important*. Disponível em: <https://www.icrc.org/fr/publication/displacement-times-armed-conflict-how-international-humanitarian-law-protects-war-and> Consultado em 17. Fev. 2021;

CIP (2020) Depois das dívidas ocultas: o Ministério de Economia e Finanças continua a não prestar contas da Gestão da Dívida Pública, disponível em <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2020/03/Depois-das-di%CC%81vidas-ocultas.pdf>, consultado a 21 de Fev. de 2020;

CIP (2020) *Número de deslocados internos em Moçambique cresceu em cerca de 2 700 % em dois anos*. Disponível em: <https://cipmoz.org/2020/10/25/numero-de-deslocados-internos-em-mocambique-cresceu-em-cerca-de-2-700-em-dois-anos/>. Consultado a 19. Fev. 2021;

CIP (2020) *Número de deslocados internos em Moçambique cresceu em cerca de 2 700 % em dois anos*. Disponível em: <https://cipmoz.org/2020/10/25/numero-de-deslocados-internos-em-mocambique-cresceu-em-cerca-de-2-700-em-dois-anos/>. Consultado a 19. Fev. 2021 ;

CIP (2020) *Número de deslocados internos em Moçambique cresceu em cerca de 2 700 % em dois anos*, Disponível em: <https://cipmoz.org/2020/10/25/numero-de-deslocados-internos-em-mocambique-cresceu-em-cerca-de-2-700-em-dois-anos/>. Consultado a 19. Fev. 2021;

Deutsche Welle, *Centenas de deslocados chegam ao norte de Moçambique*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/centenas-de-deslocados-chegam-ao-norte-de-mo%C3%A7ambique/av-55317799> Consultado a 18. Fev. 2021;

Feijó, J. (2019). <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-93-Assimetrias-no-acesso-ao-Estado.pdf> [Acessado a 09 Fev. 2021]

ICRC (2020) *Displaced in Cities: Experiencing and Responding to Urban Internal Displacement Outside Camps*. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/publication/4344-displaced-cities-experiencing-and-responding-urban-internal-displacement-outside>. Consultado a 20. Fev. 2021;

ICRC (2020) *Displaced in Cities: Experiencing and Responding to Urban Internal Displacement Outside Camps*. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/publication/4344-displaced-cities-experiencing-and-responding-urban-internal-displacement-outside>. Consultado a 20. Fev. 2021;

Internal Displacement Monitoring Center (2020) *Internal Displacement Index Report (2020)*. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/publications/internal-displacement-index-2020-report>. Consultado a 30. Mar. 2020

IOM (2020) *Civilians Continue to Flee Insecurity in Cabo Delgado, Mozambique*. Disponível em: <https://www.iom.int/news/civilians-continue-flee-insecurity-cabo-delgado-mozambique>. Consultado a 24. Fev. 2021 ;

Norwegian Refugee Council (2019) *Urban displacement: The people seeking refuge in cities are the forgotten face of the displaced*. Disponível em: <https://www.nrc.no/what-we-do/speaking-up-for-rights/urban-displacement/>. Disponível em: <https://www.nrc.no/what-we-do/speaking-up-for-rights/urban-displacement/>. Consultado a 20. Fev. 2021;

Observador (2020) *Ataques em Moçambique. Reduz para metade número de deslocados que chega a Pemba por dia*. Disponível em: <https://observador.pt/2020/10/29/ataques-em-mocambique-reduz-para-metade-numero-de-deslocados-que-chega-a-pemba-por-dia/amp/>. Consultado a 18. Fev. 2021 ;

UN NEWS (2021) *VIOLÊNCIA EM CABO DELGADO LEVA 1,3 MILHÃO A PRECISAR DE AJUDA EM MOÇAMBIQUE*, Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2021/02/1742612>, acessado a 02 de Fevereiro de 2021];

Vivet, J. (2015) *Déplacés de Guerre et Dynamiques territoriales postconflict Au mozambique*. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-herodote-2015-3-page-160.htm>. Consultado a 20. Fev. 2021;

Lista de Entrevistados (em representação institucional)

Amade Saíde, Secretário Permanente do Distrito de Ancuabe, entrevistado a 15, de Fevereiro de 2021, em Pemba;

António Nandanga, Administrador do Distrito de Metuge, entrevistado a 12 de Fevereiro de 2021 em Metuge;

Armindo Ngunga, Secretário do Estado da Província de Cabo Delgado, entrevistado a 15 de Fevereiro de 2021, em Pemba

Etelvina Fevereiro, Administradora do Distrito de Chiúre, entrevistada a 12 de Fevereiro de 2021, em Chiúre;

Júlio Sethy, Presidente do Conselho Empresarial de Cabo Delgado, entrevistado a 12, de Fevereiro de 2021, em Pemba;

Leonídio Varimelo, Director Distrital de Infraestruturas de Montepuez, entrevistado a 11 de Fevereiro de 2021, em Montepuez;

Teresa Balanga, Irmã da Congregação Franciscana de Maria, entrevistada a 11 de Fevereiro de 2021, em Montepuez;

Alberto Armando, Delegado do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD) em Nampula, entrevistado a 20 de Março de 2021, na cidade de Nampula



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Norwegian Embassy



Reino dos Países Baixos

